

PUBLICAÇÃO CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



REVISTA MUNICIPAL

ANO XII ~ NÚMERO 49 ~ 2.º TRIMESTRE DE 1951

PREÇARIO DA REVISTA

Preço avulso	12\$50
Números duplos	20\$00
Assinatura (por cada série de 4 números)	40\$00



DEPOSITARIO GERAL

Grupo «Amigos de Lisboa» — Rua Garrett, 62, 2.º — Telef. 2 5711



CORRESPONDENCIA

Secção de Propaganda e Turismo da Câmara Municipal de Lisboa
Rua da Boa Vista, n.º 3 — Telef. 3 2174



REVISTA MUNICIPAL

D I R E C Ç Ã O
DR. JAIME LOPES DIAS

•
ASSISTENCIA GRAFICA
JOSE ESPINHO

•
DESENHOS DE
BERNARDO MARQUES,
LEONILDO DIAS,
SEBASTIAO RODRIGUES,
JOSE ESPINHO
E A. CORREIA

•
CAPA DE JOSE ESPINHO

SUMÁRIO

	M A R E C H A L C A R M O N A
	L I S B O A , C A P I T A L D A S A G U A S
	M O N U M E N T O A A N T E R O D E Q U E N T A L
A. LOPES DE OLIVEIRA	L I S B O A C I D A D E M O D E L O , C A R T A Z B E R R A N T E , S E R V I D A P O R U M A S I N F O N I A D E M I L P R E G Õ E S
RODRIGO DE MELLO	F A N T A S M A S L I T E R Á R I O S N O S S Í T I O S D E L I S B O A
J O S É E S T E V A M	L I S B O A M A R I T I M A D E H A C E M A N O S
C A R D O S O M A R T H A	R O M A R I A S L I S B O E T A S — A S E N H O R A D A R O C H A
	A V O Z D A C I D A D E
	A N T O L O G I A D E L I S B O A
	S E C Ç Ã O J U R I D I C A
	B I B L I O G R A F I A



N.º 49 ~ 2.º TRIMESTRE ~ 1951



COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS GRÁFICAS
DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA



OS ARTIGOS PUBLICADOS
NA «REVISTA MUNICIPAL»
SÃO DA RESPONSABILIDADE
DOS SEUS AUTORES





MARECHAL CARMONA

MARECHAL CARMONA

Em plena primavera, a 18 de Abril, finou-se em Lisboa o venerando Presidente da República, Marechal António Óscar de Fragoso Carmona, o espírito mais formoso de quantos têm surgido no palco da vida pública portuguesa nos últimos decénios.

Alma e coração tão gentis, em verdade, só em plena primavera poderiam desprender-se deste mundo!

Lisboa e a sua Câmara Municipal devem-lhe a ternura do seu entusiástico aplauso pela obra realizada.

O Senhor Marechal Carmona sentia-se bem entre nós, e aos Paços do Concelho veio muitas vezes honrar a Cidade e a Câmara Municipal com a sua presença.

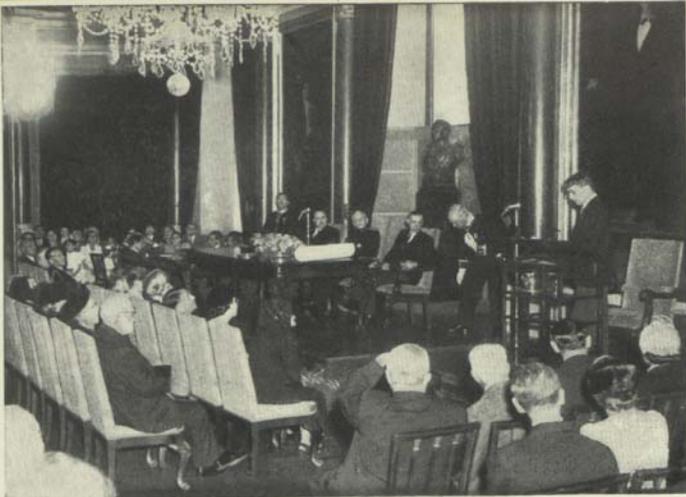
Na tarde de 29 de Novembro de 1949, data do seu 80.º aniversário natalício, disse Sua Excelência no Salão Nobre da Câmara, ao agradecer os cumprimentos que o Presidente e a Vereação lhe haviam apresentado em Belém, que «visitava sempre com o maior prazer a Câmara Municipal e que, como alfacinha, sentia... sincero desejo de ver Lisboa ampliada e robustecida, tornada grande urbe. Agradecia a Deus a ventura de lhe haver proporcionado assistir ao caminhar desse progresso, e como chefe do Estado e lisboeta, felicitava por toda essa vasta obra, o presidente e os seus companheiros de trabalho no Município».

Era bom e simples o Senhor Presidente da República.

O povo queria-lhe como a chefe admirado.

O Ex.^{mo} Senhor Presidente do Município disse oficialmente na reunião pública de 17 de Maio, que cumpria à Câmara Municipal de Lisboa, na sua primeira reunião após o falecimento do Chefe do Estado, exprimir o muito pesar com que recebeu tão infausta notícia. Recordou a participação da Câmara e dos serviços municipais, em todas as cerimónias fúnebres, e disse que na acta desta reunião deverá ficar consignado esse pesar, com palavras de saudade, reconhecimento, admiração e apreço, secundando assim o sentimento de dor que amargurara — e amargura ainda — o povo português. A Câmara Municipal de Lisboa habituára-se às visitas frequentes do Senhor Marechal António Óscar de Fragoso Carmona, aos Paços do Concelho, e da sua boca ouvira sempre palavras de carinho, estímulo e incitamento por todas as iniciativas que contribuíssem para a melhoria e progresso da cidade. «Da nossa cidade» — era a expressão que sempre empregava. Pelas suas excelsas virtudes, pela gentileza inexcedível do seu trato, pela sua simplicidade, pelo apurmo, pelo brilho, pela seriedade e dignidade com que sempre soubera desempenhar as funções de supremo magistrado da Nação, a sua memória será sempre venerada por todos os portugueses, e a História saberá dizer quão justificado era o orgulho e satisfação com que era olhado pelos seus contemporâneos, e quão grandes foram os serviços que prestou ao País. Pede que a vereação guarde uns minutos de silêncio para, mais uma vez, prestar sentida homenagem à memória do grande português, homenagem que o povo de Portugal e, nomeadamente, o de Lisboa, não lhe negou».

A *Revista Municipal* cometeria feio pecado de ingratidão se não juntasse o seu luto, 5 que é do Município, ao luto nacional, e por isso, lembrando, nas reproduções fotográficas que publica, a presença do Senhor Marechal Carmona nas festas e comemorações Camarárias, presta, sinceramente o preito da mais sentida e respeitosa homenagem à sua memória.



O Sr. Marechal Carmona
na Câmara Municipal
presidindo à sessão solene
do dia 25 de Outubro de 1950



Entregando o prêmio
Júlio Castilho
ao dr. Silva Carvalho



O Sr. Marechal Carmona
na Câmara Municipal,
no dia em que completou
80 anos de idade



LISBOA

CAPITAL DAS ÁGUAS

Modernamente veio a lume uma das mais sugestivas versões sobre a origem do nome da Capital portuguesa. Inspirado numa pequena nota do *Tratado da Conservação e Saude dos Povos*, do sábio Ribeiro Sanches, A. Veloso deriva Lisboa de *Lixboa* ou *Lixbona*, attribuindo à raiz *Lix* o significado de *água termal*.

Assim LISBOA, segundo este conceituado filólogo, poderá dever o seu nome ao facto de possuir *águas termais boas*.

AS VELHAS TERMAS DOS CASSIOS E DOS AUGUSTAIS

No sítio das Pedras Negras, ao construir-se em 1749 o palácio do Correio-Mor, que é hoje do Marquês de Penafiel, surgiram nas escavações as preciosas ruínas duma velha construção romana, que depois se verificou serem antigas termas. Daqui se desenterrou uma piscina, uma estatueta em mármore branco representando um soldado romano e sobre o nicho desta estatueta podia ler-se a inscrição:

THERME CASSIORVM
 RENOVATE A SOLO IUXTA JVSSIONEM
 NVMERII ALBANI V.C.P.L.
 CVRVNTE AVR.FIRMO
 NEPOTIANO ET FACVNDI CONSS.

que traduzida para português dá:

*Termas dos Cássios
renovadas desde o alicerce conforme a ordem
de Numério Albano, varão consular, Pretor da Província Lusitana
sendo inspector da obra Aurélio Firmo
e sendo Nepociano e Facundo consules*

Os Cássios a que se refere a pedra conjectura-se que fossem Quinto Cássio Longino e seu irmão Lúcio Cássio, feitos proprietores em Espanha, da qual a Lusitânia não era mais do que uma província, no império de César, cerca de 49 anos Antes-de-Cristo. Muito mais tarde, no consulado de Nepociano e Facundo, foram estas termas reconstruídas, o que atira para cerca de 886 anos da nossa era.

Julgou Francisco Tavares que as águas que serviam estes balneários tinham origem na encosta do Castelo, como as das Alcaçarias, e que portanto seriam da mesma natureza, o que foi mais tarde contestado, com bases, pelo geólogo Paul Choffat. Ao construir-se, então, o dito palácio do Correio-Mor ficou o grande reservatório das águas por debaixo duma escada interior, onde hoje ainda, se lá formos, poderemos procurá-lo.

Um pouco mais a poente, ao construir-se um prédio na Rua da Prata, em 1770 Rua Bela da Rainha, quando as ferramentas abriam cavoucos, encontraram-se os restos das paredes dum grandioso balneário soterrado. Posteriormente houve outras escavações e em 1859 conseguiu-se descer à cisterna, empregando impermeáveis e uma pequena canoa, obtendo-se alguns apontamentos sobre as históricas termas dos Augustais que, segundo se calcula, foram erigidas por Tibério e mais tarde reconstruídas por Constantino.

Numerosos dados históricos poderiam ser colhidos na exploração cuidadosa e prolongada destas ruínas, o que decerto modo se torna difícil pela necessidade de esgotar as águas, mas a inscrição que se encontrava na parede dum retroseiro da Rua da Conceição, hoje guardada no Museu Etnológico, resava o seguinte:

SACRVM
A ESCULAPIO
M.AFRANIVS.EVPORIO
ET
L.FABIUS.DAPHNVS
AVG.
MVNICIPIO DD.

que quer dizer:

*Dedicado
a Esculápio
Marco Afrânio Eupório,
Lúcio Fábio Dafno,
Augustais
Deram como dádiva isto ao Município*

8

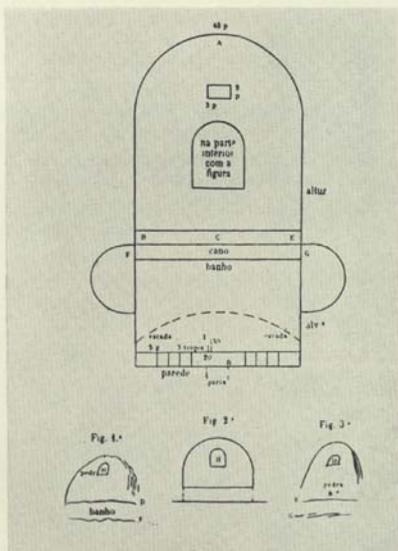
Uma grande superfície da Baixa, a que corresponde ao grande reservatório destas termas, tem poços que daqui se alimentam, pois que uma abertura, não muito profunda em qualquer quintal, rompe as abóbadas romanas de cima para baixo, entrando no depósito. A entrada para estes subterrâneos faz-se por um alçapão no passeio da Rua da Prata, defronte da porta N.º 61.



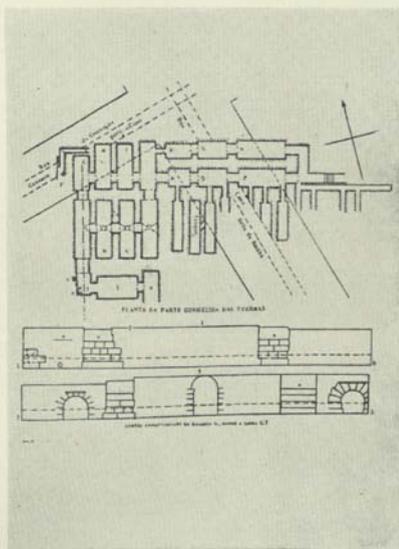
Estaluetta



Poço antigo na Rua da Madalena, 1.º quartelão sul-nascente



Piscina encontrada nas ruínas das Termas dos Cássios



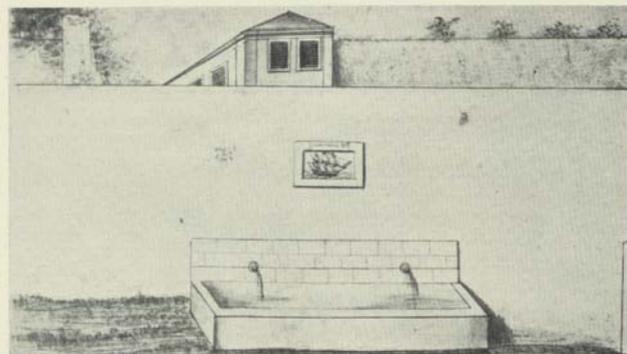
Termas dos Augustais, encontradas as suas ruínas, sob a Rua da Prata



Encosta que desce do Castelo para o lado do mar, abundante em águas quentes (Al-Hama = Aljama)



Rua dos Caminhos de Ferro (Santa Apolónia), onde existe um pequeno tanque de água nascente



Antiga Bica do Sapato



Local da antiga Bica do Sapato

Esta é a Lisboa termal de há milhentos anos, que as sucessivas civilizações amachucaram sob o seu peso, mas que a nossa imaginação faz reviver. Cássios e Augustais eram, então, um sítio suburbano da exuberante Olisipo, enquadrada orgulhosa nas patinadas muralhas que fechavam, em cima, no Castelo majestoso.

Vemos nas manhãs tépidas, com o sol virado ao lado do Tejo, os magistrados envolvidos nas suas togas, os ricos arejando as túnicas e as mulheres embrulhadas nas *caliptras*, num ambiente perfumado pelos unguentos. Entre as colunas torneadas e estátuas de beleza, enquanto os filósofos divagam, os poetas recitam, os nobres conversam e os sacerdotes ensinam, passam os escravos a tilintar o bronze das ânforas, cheias de óleos e essências raras.

E as liteiras *basterna*, as carruagens *carpenta* e as *císias* de dois cavalos, vemo-las rodopiar sob o estalejar fustigante do chicote, num vai-vem irrequieto, trazendo nobres e sacerdotes, poetas e mulheres lascivas. Vemo-las, à tarde, regressarem, entrando estrepitosas pela porta férrea, faiscando as vigorosas patas no íngreme das ruelas, deixando atrás de si um rasto de perfume colhido nas termas.

Novas civilizações apagaram esse esplendor, mas no subsolo da grande Lisboa do século xx continuam correndo, indiferentes aos costumes dos homens, essas mesmas águas que se lançam no Tejo para sempre perdidas.

AS ÁGUAS DO SUBSOLO DA CAPITAL

São de três naturezas:

Hipossilinas azotadas quentes, de Alfama.

Sulfatadas cálcicas, da Ribeira de Arroios.

Cloretadas sódicas sulfidricadas, do Arsenal.

GRUPO DE ALFAMA

Vindas duma profundidade que se calcula superior a 450 metros, no sopé da encoísta da velha Alfama, desde Santa Apolónia ao Chafariz de El-Rei, brotam inúmeras nascentes de temperatura elevada, de caudal interdependente e de composição química semelhante. São as nascentes das *Alcaçarias*, de resíduo seco baixo, desprendendo azoto e de termalidade compreendida entre 20° e 31°, assim classificadas de Hipossilinas azotadas quentes.

Se caminhar-mos de oriente para ocidente vamos contando as seguintes emergências: Bica do Sapato, Cais da Fundição, Praia da Galé, Jardim do Tabaco, Penabuquel, Chafariz de Dentro, Chafariz da Praia, Doutor, Mosteiro, Duque, Dona Clara, Tanque das Lavadeiras, Baptista e Chafariz de El-Rei.

BICA DO SAPATO:

Fica situada no recinto murado, onde as mulheres do povo lavam roupa, na Rua Diogo do Couto, n.º 1, fazendo esquina para a Rua da Bica do Sapato.

De todas as do Grupo, a água da Bica do Sapato é a que mais se afasta das características gerais, podendo haver quem hesite em enumerá-la juntamente com as águas de Alfama. De facto, além de nunca se lhe haver encontrado temperatura superior a 19°,6, apresenta um resíduo seco de 1.320,6 mgr./l. razões que mais a aproximam das nascentes da Ribeira de Arroios.

Eis os valores analíticos dados por Mastbaum, em 1892, expressos em mgr./l.:

Aniões			Catiões		
Cloreto	Cl [']	234,8	Sódio e potássio	Na',K'	227,6
Sulfato	SO ^{''}	84,4	Ferro	Mg ^{''}	21,2
Nitrato	NO ^{'''}	280,7	Magnésio	Ca ^{''}	199,4
Carbonato	CO ^{'''}	265,0	Cálcio	Fe ^{''}	2,2
		864,4			450,4

Indissociados:

SiO², O³Al³ — 29,8

Por aqui vemos que pelo seu conteúdo em cálcio se aproxima bastante da do Chafariz de Arroios, embora possua muito menos sulfatos e cloretos.

Mas a temperatura é um pouco superior ao que seria natural, apresentando 19°,6 em Novembro de 1892, com a temperatura ambiente de 16°,6 e também se dá o facto curioso de borbulhar no fundo da nascente um gás com abundância, que é de supor que seja azoto, como succede no Chafariz de El-Rei e Jardim do Tabaco, onde há comprovação por análise química. Estas duas razões e a topografia é que nos permitem descrever a Bica do Sapato no Grupo das Alcaçarias, embora seja clara a mistura com águas do terciário.

Outrora a água, vinda de duas nascentes próximas, corria por duas bicas para um tanque público, atribuindo-se-lhe virtudes em certas dermatoses e doenças de fígado. Actualmente não é utilizada, juntando-se no esgoto à do lavadouro, que é da Companhia.

CAIS DA FUNDIÇÃO:

Onde são hoje o Entrepasto de Santa Apolónia e Cais da Fundação, frente à Rua Teixeira Lopes, é que Paul Choffat devia ter encontrado a nascente quente do Grupo, mais oriental. Este geólogo observou junto do cais, na maré baixa, aflorando entre as pedras, uma água quente, cuja temperatura rigorosa não era possível determinar, por se lhe juntarem, em parte, as águas frias da superfície.

Desta nascente, verdadeiramente, não temos notícias, mas sabemos, no entanto, que na praia, frente ao cunhal sudoeste do edificio do Museu Militar, existia uma bica que foi sacrificada ao aterro para alargamento da via pública ao sul deste edificio.

PRAIA DA GALE:

Passando da Rua Teixeira Lopes para a Rua João Evangelista, ainda hoje se encontra formando o primeiro quarteirão desta rua, o velho Boqueirão da Praia da Galé, que devia outrora, como todos os boqueirões, desembocar no mar. Presumimos, portanto, que as duas fortes nascentes descritas no extremo deste boqueirão, fossem um pouco mais a sul, junto do mar, onde então existia um estabelecimento de banhos.

Foi encontrada, por Choffat, a temperatura de 21°,8 e o químico Mastbaum identificou azoto nos gases emanados.

Hoje não encontramos quaisquer sinais indicativos desta nascente.

Pátio da Guarda Fiscal,
onde se vê a bomba
e dois tanques
dos antigos banhos



Boqueirão da Praia da Galé, onde perto devia ter existido o balneário



Beco do Penebuquel,
local onde corre a água



JARDIM DO TABACO:

Na Rua João Evangelista, entre o Boqueirão da Ponte da Lama e o Cais da Lingueta, existe um poço de água quente no pátio da Guarda Fiscal, Batalhão 1, da 2.^a Companhia. Foi encontrada a temperatura de 22° e a seguinte composição química:

Aniões			Catiões		
Cloreto	Cl'	164,9	Sódio e potássio	Na·,K·	87,2
Sulfato	SO ⁴ ''	33,5	Magnésio	Mg''	15,8
Nitrato	NO ³ '	19,2	Cálcio	Ca''	124,4
Carbonato	CO ³ ''	164,6			227,4
		382,2			

Resíduo seco — 749,3 mgr./l

(J. Pimentel, 1853).

Noutros tempos esta água corria numa bica, mas actualmente é tirada do depósito por meio de bomba.

Atravessando a linha férrea, entrando na Doca do Jardim do Tabaco, não nos foi possível encontrar indícios do antigo poço do Jardim do Tabaco, que deve encontrar-se entulhado sob qualquer construção.

Foi observado por Choffat, em Outubro de 1892, que a temperatura da água deste poço era ligeiramente superior à da bica do pátio da Guarda Fiscal.

FONTE PENABUQUEL:

Pelo século XIV era de utilização pública uma fonte no sítio de Ben Abuker, nome árabe que o povo veio através dos séculos transformando até à actual denominação, Penabuquel.

Durante muitos anos esta emergência esteve entulhada mas em 1837 foi novamente destapada e franqueada ao público.

Em rigor, o local da câmara da fonte deve corresponder ao fundo do prédio, n.º 104 e 106, da Rua do Jardim do Tabaco, junto do Arco do Penabuquel.

Em 1858 a fonte foi novamente inutilizada, ficando marcado o seu ponto de entrada por uma laje branca no pavimento, frente ao n.º 8 do Beco do mesmo nome.

CHAFARIZ DE DENTRO:

É o chafariz que serve de pano de fundo ao cenário castiço deste largo de Alfama. Reparando no prédio que torneja para o Beco do Mexias, verificamos a existência duma porta que se abre num corredor escósnso, que em poucos metros dá acesso ao depósito. A água corre por uma manilha situada 0^m,35 acima deste, sucedendo o caso curioso de parar de correr logo que o depósito se esvasia, embora o nível inferior deste esteja muito abaixo dessa manilha.

A temperatura aqui determinada por Choffat foi de 24°,5, não se notando, em qualquer ponto, o desprendimento de bolhas gasosas.

Esta água foi desviada da utilização pública, canalizando-se para as torneiras, da da Companhia.

CHAFARIZ DA PRAIA:

A poucos metros do Chafariz de Dentro, para o lado do mar, havia outra emergência de água tépida a que o povo chamava Chafariz da Praia. Efectivamente, visto a antiga muralha passar pelo Largo, separando os dois chafarizes, um tinha que ficar, necessariamente, do lado de dentro — daí o seu nome — e o outro exteriormente à muralha, perto das águas do Tejo, ficava quase na praia.

O local deste chafariz corresponde actualmente ao recinto gradeado da Companhia das Águas, onde ainda pode observar-se uma clarabóia que areja um depósito subterrâneo onde vão juntar-se todas as águas nativas do Chafariz de Dentro, do Tanque das Lavadeiras e do Chafariz de El-Rei. O caudal do Chafariz da Praia não era autónomo, estando devidamente esclarecidas as suas relações de dependência do do Chafariz de Dentro. Assim, quando a água do depósito deste descia abaixo dum certo nível, a bica do da Praia parava imediatamente de correr, só voltando a dar água depois desse nível ter sido novamente atingido.

A composição química da água do Chafariz da Praia era, portanto, sensivelmente a mesma da do Chafariz de Dentro, havendo apenas uma ligeira perda de temperatura, pelo percurso efectuado.

É curioso que o povo atribuiu sempre maiores virtudes a esta água que a qualquer das outras nascentes do Grupo.

DOUTOR (FERNANDO):

São descritos, nas trazeiras do Chafariz de Dentro, n.º 19 e 20, do lado da Rua de S. Pedro, estes famosos banhos quentes que devem já vir da era filipina.

Hoje resta apenas, do volumoso caudal de outrora, uma bica de água morna que corre num nicho azulejado, no interior do estabelecimento de bebidas, e que o dono mantém amavelmente franqueada ao público.

Choffat diz ter havido, no pavimento da casa, um pequeno orifício que dá para o antigo depósito, podendo, com um fio, sondar-se-lhe a altura de 2^m,70.

Chegou a verificar-se a temperatura de 27°, mas este autor, em 1892, não obteve mais que 19°,8.

No respeitante à localização dos banhos, não reina brilhante clareza, porquanto não se verifica a distância de 10-15 metros entre os depósitos do Chafariz de Dentro e do Doutor, no sentido leste-nordeste como Choffat nos aponta.

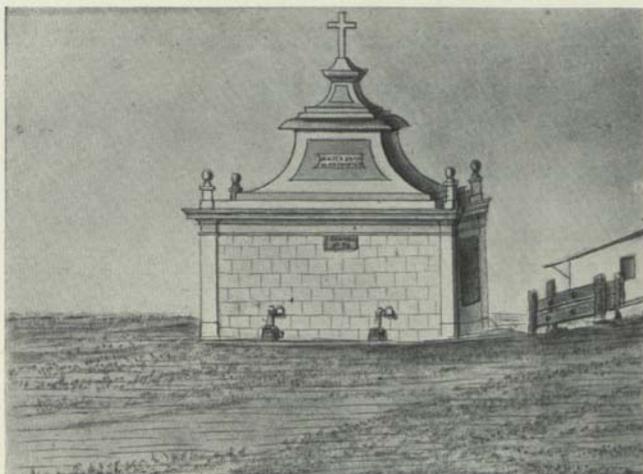
Os *Banhos do Mosteiro de Alcobaça*, que deviam ficar no quarteirão que hoje corresponde aos n.º 14 a 18 da Rua do Terreiro do Trigo prestam-se à confusão, que pode haver na leitura dos vários autores.

DUQUE:

Estas Alcaçarias, assim chamadas por serem pertença do Duque de Cadaval, ficam na mesma Rua do Terreiro do Trigo, no prédio que tem os n.º 52 a 60, que faz esquina para a travessa do mesmo nome.

12 Embora se encontre suspensa, há cerca de dez anos, a sua exploração, por motivo de obras, podemos dizer que estas águas são as únicas do Grupo de Alfama cuja utilização médica tem conseguido manter-se através dos séculos, até aos nossos dias. São já referidas por Duarte Nunes Leão, em 1610, na *Descrição do Reino de Portugal* e posteriormente têm merecido inúmeras publicações das quais consta um estudo químico, em 1926, do Prof. Lepierre.

Antigo Chafariz de Praia



Local do antigo Chafariz de Praia





Local dos antigos
banhos do Doutor



Actual bica no local dos antigos banhos do Doutor



Local dos antigos
banhos do Mosteiro

A nascente Alcalina, situada por debaixo do arco do Beco dos Cortumes, deu a seguinte composição:

Temperatura (26/Dez./925)	30°,8
Reacção	levemente ácida
Densidade a 15°	1,00025
Índice crioscópico	0°,035
Índice refractométrico a 16°	1,33333
Condutância a 18°	92 × 10 ⁻⁵
Resistividade a 18°	1086 Ohms.
Alcalinidade	37 c.c. (N/10)
Resíduo seco a 140°	661,6 mgr./l.

Aniões			Catiões		
Cloreto	Cl'	164,48	Sódio	Na·	145,80
Brometo	Br'	0,30	Potássio	K·	7,67
Iodeto	I'	0,01	Lítio	Li·	0,61
Fluoreto	F'	vestíg.	Amónio	NH ⁴⁺	nulo
Sulfato	SO ^{4''}	96,49	Magnésio	Mg ⁺⁺	13,65
Fosfato	PO ^{4H''}	0,033	Cálcio	Ca ⁺⁺	61,83
Nitrato	NO ^{3'}	30,70	Bário	Ba·	nulo
Nitrito	NO ^{2'}	nulo	Estrôncio	Sr ⁺⁺	0,04
Arseniato	AsO ^{4H''}	0,055	Alumínio	Al ⁺⁺⁺	0,04
Carbonato	CO ³	223,30	Ferro	Fe ⁺⁺⁺	0,49
		515,368	Manganésio	Mn ⁺⁺⁺	0,19
					230,32

Indissociados:

SiO ²	— 30,21
TiO ²	— 0,01

Gases dissolvidos (a 0° e 760mm.):

O ²	— 6,8	} c.c.
CO ²	— Vestíg.	
N ²	— 14,9	
Raros	— Vestíg.	

Matéria orgânica:

Em Ác. Oxálico — 5,6

Radioactividade:

Rn

Junto à parede lateral do edificio dos banhos, isto é, do lado da Travessa do Terreiro do Trigo, rompe outra nascente, a chamada «Sulfúrea», cuja análise, feita pelo mesmo químico, acusa:

Temperatura (26/Dez./925)	31°
Densidade a 16°	1,00025
Índice refractométrico a 16°	1,33332
Resistividade a 18°	1099 ohms.
Conductividade a 18°	91 × 10 ⁻⁵
Alcalinidade	37,5 c.c. (N/10)
Resíduo seco a 140°	629,6

Aniões		Catiões			
Cloreto	Cl'	157,96	Sódio	Na'	141,84
Brometo	Br'	0,30	Potássio	K'	7,31
Iodeto	I'	0,01	Lítio	Li'	0,60
Fluoreto	F'	vestíg.	Amônio	NH ⁴⁺	nulo
Sulfato	SO ^{4''}	97,23	Magnésio	Mg''	13,21
Fosfato	PO ^{4H''}	0,35	Cálcio	Ca''	62,54
Nitrato	NO ^{3'}	0,31	Bário	Ba''	nulo
Nitrito	NO ^{2'}	nulo	Estrôncio	Sr''	0,04
Arseniato	AsO ^{4H''}	0,043	Alumínio	Al'''	0,03
Carbonato	CO ^{3H'}	228,67	Ferro	Fe'''	0,54
		484,873	Manganésio	Mn'''	0,22
					226,33

Indissociados:

SiO ²	—	29,84
TiO ²	—	0,01
CO ²	—	11,86
B ² O ³	—	nulo
SH ²	—	0,13

Gases dissolvidos (a 0° e 760 mm.):

O ²	—	6,5
CO ²	—	5,8
N ²	—	13,8
Raros	—	vestíg.

Matéria orgânica:

Em Ác. Oxálico — 6,3

Não podemos, de forma nenhuma, considerar independentes estas duas emergências e muito menos chamar sulfúrea a esta última. A pequeníssima quantidade de SH² encontrada nesta nascente era apenas episódica, simples fenómeno de redução de sulfatos que desapareceu com o melhoramento da captagem últimamente realizado.

Nos dois quadros de análise a maior discrepância patenteia-se no teor nitrato das duas nascentes. Não se poderia aceitar que duas emergências tão próximas, de características físico-químicas iguais, com uma semelhança quase fotográfica das duas análises, apenas diferissem numa parcela. Com efeito, Lepierre dá para a Fonte Alcalina NO³=30,70 e para a «Sulfúrea» NO³=0,31.

Deslocando a vírgula duas casas decimais para a direita deste valor e somando assim os valores de todos os aniões obtemos 515,263 (e não 484,873), isto é, um número que se ajusta perfeitamente ao valor obtido pela soma dos aniões da Fonte Alcalina, 515,368. As águas são iguais e igualmente nitradas. Até mesmo a «Sulfúrea» não é sulfúrea, porque no Grupo das Alcaçarias não há enxofre sulfídrico.

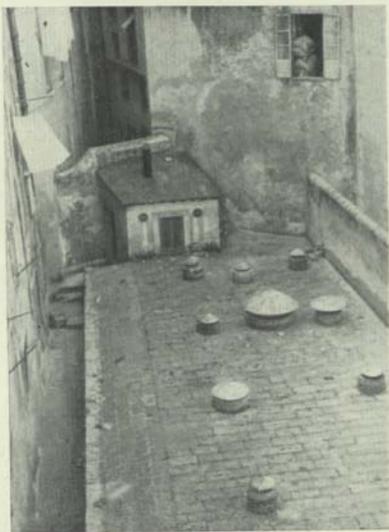
As águas destas duas nascentes presentemente juntam-se, conduzidas por cinco manilhas, num mesmo depósito que se abre directamente no chão do Beco dos Cortumes, por debaixo do arco.

14 A aplicação terapêutica das águas das Alcaçarias do Duque tem sido empírica. A tal se refere largamente o grande tratadista do século XVIII, Fonseca Henriques, no *Aquilégio Medicinal*, dizendo-as *de muita utilidade em curar as intemperanças quentes das entranhas, do sangue, do utero, dos rins e das mays partes do corpo*. Também as indica nos reumatismos, *na debilidade de estamago*, assim como nos *achaques a que chamão do fígado e nas queyxas da pelle*.

Alcaçarias do Duque



Tanque das Lavadeiras



Banhos de D. Clara

A seta ao fundo
marca a entrada para o
Tanque das Lavadeiras

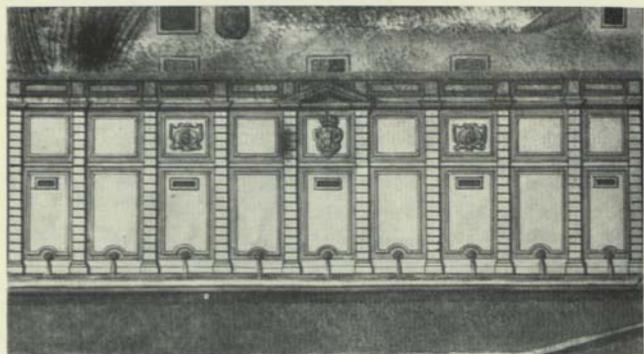




Local dos antigos banhos do Baptista



A «mãe-d'água» do Chaferiz de El-Rei,
no recanto da Rua de S. João de Praça



Antigo Chaferiz de El-Rei



Actual Chaferiz de El-Rei

Na pitoresca linguagem de 1726 vem um nunca acabar de estados mórbidos que estas águas curavam, o que lhes dava, finalmente, uma categoria de quase divinas.

Apesar desta fama e do seu conhecimento tão antigo ainda não há estudos farmacodinâmicos nem qualquer trabalho clínico criterioso. No entanto, com base na experiência, estas águas têm sido utilizadas em certas dermatoses crônicas, nomeadamente impétigos, acne e psoríase, utilizando tanto o banho como a ingestão.

No reumatismo articular subagudo, mesmo que a fase aguda tenha cedido recentemente e haja temperaturas subfebris, está indicada a prática banhear nestas Alcaçarias.

No campo da ginecologia são já referidas no Aquilégio *as purgações albas das mulheres*. Hoje podemos dizê-las indicadas nas metro-cervicites crônicas, usando uma das duas técnicas de irrigação contínua, Luxeuil ou Alquiller.

Em doenças do aparelho digestivo utilizam-se nos estados de dispepsia por gastrite, na insuficiência hepática, assim como na obstipação crônica, por atonia.

DONA CLARA:

Vis-à-vis com as Alcaçarias do Duque, apenas separadas pela Travessa, ficavam os antigos Banhos de D. Clara. Pela sua proximidade presumimos que esta emergência tivesse temperaturas aproximadas das descritas nascentes Alcalina e «Sulfúrea».

Em 1867 o químico Lourenço chegou a medir 33°, mas Choffat, posteriormente, encontrou apenas 27°,6. Eis a análise de Mastbaum, em 1892:

Aniões			Catiões		
Cloreto	Cl'	189,5	Sódio e potássio	Na·,K·	147,4
Sulfato	SO ⁴ ''	95,1	Magnésio	Mg''	21,8
Nitrato	NO ³ '	29,6	Cálcio	Ca''	69,9
Carbonato	CO ³ ''	112,5	Ferro	Fe''	1,0
		<u>426,7</u>			<u>240,1</u>

Indissociados:

SiO², O²Al² — 81,0

Resíduo seco — 733,6

Hoje estas águas encontram-se abandonadas, transformando-se o antigo balneário num armazém de padaria. A um dos cantos da casa, ainda se pode ouvir, em horas de sossego, correr por debaixo o secular manancial de águas quentes.

TANQUE DAS LAVADEIRAS:

No pátio das trazeiras dos banhos de D. Clara ficava um lavadouro público com entrada pela Travessa do Terreiro do Trigo, n.º 1, vis-à-vis com o Beco dos Cortumes.

O mulhério de Alfama, de língua desbragada, fazia daquele recinto o seu quartel general de brigas e mexericos, enquanto batiam a roupa mergulhadas no extenso e oblongo tanque de águas tépidas, que foi obra dum município do Real Senhor D. Sebastião. Só tarde, no último quartel do século XIX, interveio a Companhia das Águas, transformando o tanque num depósito coberto e dissolvendo as movimentadas cortes do bairro.

Choffat mediu neste depósito, em 1892, a temperatura de 30°,6, verificando também que do fundo rebentavam grossas bolhas de gás nitrogenio. Em 1853 J. Pimentel deu os seguintes valores:

Aniões		Catiões	
Cloreto	Cl'	Sódio e potássio	Na·K· 104,0
Sulfato	SO ^{4''}	Magnésio	Mg ^{..} 23,7
Nitrato	NO ^{3''}	Cálcio	Ca ^{..} 57,7
Carbonato	CO ^{3''}		185,4
			<hr/>
			290,1

Indissociados:

SiO ² , O ³ Al ³	— 21,1
Resíduo seco	— 562,0

É de crer, nestas águas, as mesmas virtudes terapêuticas atribuídas a Duque e D. Clara, dada a proximidade desta emergência e a sua semelhança físico-química.

BAPTISTA:

Ainda na mesma Rua do Terreiro do Trigo, não muito afastados do balneário de D. Clara, funcionavam os Banhos de J. A. Baptista, no local onde estão hoje instalados os escritórios comerciais dos n.ºs 80 e 82.

Existe uma análise de Senna Correia, datada de 1872, que refere uma termalidade compreendida entre 32° e 34°, não confirmada por qualquer observador, posteriormente.

Eis os seus dados químicos:

Aniões		Catiões	
Cloreto	Cl'	Sódio e potássio	Na·K· 217,5
Sulfato	SO ^{4''}	Magnésio	Mg ^{..} 8,7
Carbonato	CO ^{3''}	Cálcio	Ca ^{..} 69,1
			<hr/>
			295,3

Resíduo fixo

— 823,0 mgr./l

Apesar de ser uma análise bastante incompleta, basta para nos mostrar que possui as características das emergências do Grupo. Tem um resíduo superior a D. Clara, principalmente à custa dos sulfatos e carbonatos.

Actualmente, as banheiras deste antigo estabelecimento termal encontram-se enterradas sob o pavimento dos modernos escritórios e o caudal foi desviado para o esgoto do Tejo.

CHAFARIZ DE EL-REI:

16

Dada a sua majestosa arquitectura, o valor medicinal das suas águas, a abundância de caudal e a nobreza da sua história, pode afirmar-se que melhor nome, para ele, não houvera.

O documento mais remoto em que se fala deste chafariz é datado de 1487, ao fazer-se referência ao encanamento da sua água até à muralha de embarque.

Os portugueses estavam, então, lançando ao mar alto as primeiras destemidas quilhas e ao Chafariz de El-Rei coube a honra de abastecer as embarcações que, em longas rotas, atravessaram os mares do mundo, até à Índia.

Podemos crer que em 1551 ainda este chafariz mantinha a realza da procura, pois em postura desta data se regulamentava a utilização das suas bocas, para evitar as constantes zangagens e agressões entre negros, mouros e servos de raça branca.

O seu *El-Rei* deve ter sido o Monarca Lavrador, mas a fachada que hoje ostenta não é desse tempo, porque a primitiva veio a terra e foi substituída. O último retoque, renascença, foi-lhe dado em 1864, ficando assim com a boca do meio dentro duma esquadria encimada pelo escudo lusitano e as outras duas com dois bons cinzeiros das caravelas da cidade. Primitivamente tinha seis bocas, depois teve nove e ultimamente ficou apenas com estas três.

Tornejando da Rua do Cais de Santarém para a Travessa de S. João da Praça, encontramos a *boca da mina do chafariz*, com uma legenda datada de 1700, à entrada da Travessa do Chafariz de El-Rei. Subindo as escadas desta Travessa, alcançamos a Rua de S. João da Praça e, no recanto quase fronteiro ao Beco do Marquês de Angeja, deparamos com a clarabóia em chaminé, a que o povo dali chama a *mãe-d'água*.

Este respiradouro corresponde às galerias que vão drenando a água para o depósito e que são em número de duas, uma orientada norte-sul e outra a 45° com esta, na direcção oeste-leste. Um pouco adiante da embocadura das duas, um pequeno cotovelo orienta a galeria maior, que alguns metros depois vem abrir-se no depósito das trazeiras do próprio chafariz.

Choffat encontrou na galeria norte-sul a temperatura de 28°,3 e Mastbaum na sua análise, que data de 1892, aponta 27° e um resíduo de 733,6 mgr./l.:

Aniões			Catiões		
Cloro	Cl'	79,2	Sódio e potássio	Na·K·	63,0
Sulfato	SO ^{4''}	37,5	Magnésio	Mg··	17,3
Nitrato	NO ^{3''}	17,3	Cálcio	Ca·	69,7
Carbonato	CO ^{3''}	150,1	Ferro	Fe··	2,6
		<u>284,1</u>			<u>152,6</u>

Indissociados:

SiO², O³Al³ — 33,2

Os gases recolhidos por este químico, na clarabóia, deram a seguinte composição:

N ²	— 97,6	} %
O ³	— 0,8	
CO ²	— 1,6	

São referidas no *Aquilégio Medicinal* as virtudes terapêuticas destas águas, aliás idênticas às do Chafariz da Praia, embora o povo sempre preferisse estas, por achá-las superiores. Assim se dizia estarem indicadas nos *catarrhos e defluxões de linfa crassa, intemperanças quentes do fígado, estupores, parlesias espúrios, sarnas, proídos, pustulas, impigens*, etc.

Mesmo nesta pitoresca linguagem da Medicina antiga podemos concluir que as águas do Chafariz de El-Rei têm as indicações gerais das do Grupo de Alfama, aliás já referidas especialmente ao tratarmos das Alcaçarias do Duque: dermatoses crónicas (como eczemas, impétigos, acne, psoríase), reumatismo subagudo, afecções ginecológicas e perturbações digestivas.

Hoje o pobre Chafariz de El-Rei vive das memórias gloriosas do passado.

Sonha com a semi-milenária azáfama marítima; vê rolarem as pipas cheias da sua água, caís abaixo, até às naus que o vento atirava oceanos fora; lembra-se das tumultuosas bichas multirácicas de pretos, mulatos, mouros, indianos, brancos e mestiços, brigando sófregos para colherem das suas bicas a bela linfa; ainda se recorda de ver passar dezenas de gerações de comitivas reais, desde D. Dinis a D. Manuel II; como são ainda da sua fresca memória os pacatos galegos do século passado e os gangas arrufiados que encostavam as bestas ao peitoril do tanque, para lhes matar a sede.

Se hoje o Chafariz de El-Rei, com três torneiras metálicas do Alviela, meio abafado no desnivelamento da Rua, recordasse alto tudo o que vivera, a civilização moderna, que rápida e indiferente lhe passa à beira, riria, decerto, julgando-o um louco alucinado.

(Continua).





O MONUMENTO A ANTERO DE QUENTAL

Perante um público numeroso e selecto, procedeu-se no dia 24 de Maio de 1951, num recanto socegado e lindo do Jardim da Estrela, à inauguração do monumento ao poeta e filósofo Antero de Quental, preito de veneração, justa consagração e homenagem da Câmara Municipal de Lisboa. Justificando e explicando a atitude da Câmara, S. Ex.^a o Senhor Presidente, Alvaro Salvação Barreto, disse:

Glorificar Antero de Quental é prestar culto a um Poeta de tão grande renome, que a sua obra só encontra outra de mais vasta projecção de maior altitude que saiu da lira de Camões. Traduzidos em todas as línguas cultas os *Sonetos* pertencem hoje ao património intelectual da humanidade. E o drama espiritual do seu autor é, no fundo, o drama do pensamento europeu do seu tempo.

Por isso, estranho seria que, embora Antero aqui não tivesse nascido e por aqui apenas episódicamente passasse, Lisboa não consagrasse publicamente, como o estamos fazendo agora com esta estátua do notável escultor Barata Feio, o génio dum dos maiores artistas do verso, dum dos maiores pensadores que as literaturas do século XIX produziram.

Este monumento substituiu aquele que uma Câmara, há alguns anos, daqui retirou, quando uma medida geral, ligada à renovação estética do Jardim da Estrela, obrigou a sair bustos que o povoavam. A bela obra de arte que Diogo de Macedo erguera à memória de Antero não deve porém, ficar perdida. O Município colocá-la-á em local onde realce o seu incontestável valor.

Vai agora falar-nos sobre o genial Poeta quem tem toda a autoridade para o fazer: — O Sr. Dr. Costa Pimpão, muito ilustre Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que quis, muito gentilmente, honrar a Câmara de Lisboa, aceitando o nosso convite para dizer algumas palavras nesta singela, mas expressiva, cerimónia. Os seus belos estudos sobre a história da literatura portuguesa, o seu prestígio como Escritor e Catedrático, fazem prever que vamos assistir a uma palestra magistral acerca de Antero e da sua obra. Com os agradecimentos da Cidade por tão generosa oferta, vão, de antemão, as nossos felicitações mais sinceras.

Seguidamente o Senhor Professor Doutor Álvaro J. da Costa Pimpão, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que, propositadamente, acedendo ao convite da Câmara Municipal, se deslocou a Lisboa, proferiu a notável conferência que publicamos em seguida.

Sai do bloco informe para a vida da Arte, através da comoção intelectualizada do estatuário, o vulto de Antero, doravante patente à contemplação dos homens no jardim mais belo desta urbe majestosa e renovada. O monumento que aqui ficará pelos tempos fora a encher de dolorosa humanidade a moldura doce e recolhida deste parque não é o de alguém que tivesse deixado após si um rasto rubro de vitórias militares, que se tenha imposto pela superioridade de uma concepção política, ou alcançado fixar o seu pensamento inquieto numa obra de sólida estrutura. É, porém, a representação, ao mesmo tempo real e simbólica, de uma personalidade forte e irradiante, de um homem que foi guia e mentor de uma geração ardente e tumultuária e que semeou por algumas páginas de revistas e por mãos de amigos íntimos alguns poemas de superior, direi mesmo, de definitiva beleza, que a solicitude de um destes recolheu, ordenou e publicou como quem recolhe, ordena e publica o diário de uma consciência. Há livros que, na sua densidade, parecem conter uma experiência total: é desta espécie o livro dos SONETOS de Antero de Quental.

Mudam-se os tempos; evoluem as ideias e julga-se o passado; no entanto, Antero — como outros Grandes do seu tempo — continua a exercer sobre os nossos espíritos uma espécie de fascinação: a nossa presença o demonstra. Distanciámo-nos dele sob muitos aspectos e, apesar disso, sentimo-lo perto de nós pela seriedade de um pensamento que se interroga sem descanso, e respeitamo-lo com se nele se tivesse cumprido uma parcela do nosso destino ou como se ele tivesse sido, afinal, um dos intérpretes da nossa própria consciência. A geração a que Antero pertenceu e que fez dele um dos seus condutores e o mais perfeito símbolo, mereceu justificadamente o epíteto de «revolucionária» porque repudiou todos os valores que a haviam informado. O idealismo de que essa geração deu provas não basta para a absolver das consequências do seu espírito negativista, de que só muito mais tarde — e com que dificuldade — nos fomos libertando; contudo, essa geração sentiu dramaticamente o seu repúdio, viveu-o por dentro, dilacerando-se intimamente. Provocou o imenso abalo — dentro e fora de si — e concluiu no espanto da sua própria obra. Quis reconstruir o mundo a partir de si — e percebeu que ele lhe era anterior; quis dessolidarizar-se do existente e viu-se preso a ele por fundas e invisíveis raízes; quis abrir a inteligência orgulhosa às irradiações fulgurantes de um novo sol e viu na sombra projectada pelo

próprio vulto o cortejo inumerável dos espectros. Esta contradição dentro de si própria, quando se exprime com o acento de tragédia que apresenta a obra de Antero, constitui para a nossa sensibilidade um irresistível motivo de atracção e simpatia.

«Vir-se ao mundo para amar, crer, sentir, ser bom, e feliz, e forte, que tanto quer dizer *homem* (são palavras de Antero a Anselmo de Andrade), e achar um leito de espinhos, e endurcer-se-lhe o corpo e a alma, e descer e chorar, e ser mau e ignorante e mísero — uma existência a si mesmo traidora — um ser que renega a sua própria lei — uma cousa feita para ser exactamente o contrário do seu destino — que é isto, senão a cóntradição terrível de tudo quanto temos por justiça, por verdade, por princípio e harmonia dos mundos?»

É desta «contradição terrível» que temos de partir se quisermos entender o Poeta e marcar o seu verdadeiro lugar. Deixemos portanto no arquivo o seu protesto (aliás eloquente) contra o «Arcade póstumo» e as audácias estéticas das suas *Odes Modernas*: isto é o «histórico» na evolução do nosso século XIX, como a Rolinada, a experiência proletária de Paris, ou o manifesto socialista de 1880 são o «histórico» na evolução político-social do mistagogo. O que sobrevive de Antero — o que se perpetua no mármore — é a sua poesia; e esta, formalmente tão bela é, substancialmente, um protesto da consciência inquiridora contra a desolação naturalista, isto é, contra o «histórico» na ordem filosófica. Falo de «protesto» para acentuar bem o que há de apreensivo, de ansioso, nas adesões da sua inteligência ao germanismo filosófico. Não há crispções de cólera, gritos de revolta, ou rictos de sarcasmo (tudo isto seria absurdo) na poesia de Antero; há, sim, auscultação — ou inquieta, ou temerosa ou desolada — da essência das coisas, inconformidade profunda com a absurdez das aparências que a Razão, armada com a explicação cientista do Homem e do Universo, lhe sugere; ou, melhor ainda (porque é obrigação minha reverter a termos de estética) tentativas de interpretação, em símbolos de Arte incessantemente renovados, dessa essência misteriosa, dificilmente captável, e entranhadamente pressentida...

Sonho de olhos abertos, caminhando
Não entre as formas já e as aparências,
Mas vendo a face imóvel das essências,
Entre ideias e espíritos pairando...

Que é o mundo ante mim? Fumo ondeando,
Visões sem ser, fragmentos de existências...
Uma névoa de enganos e impotências...
Sobre vácuo insondável rastejando...

E dentre a névoa e a sombra universais
Só me chega um murmúrio, feito de ais...
É a queixa, o profundíssimo gemido

Das cousas, que procuram cegamente
Na sua noite e dolorosamente
Outra luz, outro fim só pressentido...

*

A poesia de Antero tem-se prestado, como poucas, à apostila dos filósofos. Desde que Oliveira Martins, forçando datas, nos deu da colecção de SONETOS do seu amigo uma imagem biográfica e cíclica, os escoliastas não cessaram de decalcarem sobre ela a fisionomia espiritual do Poeta, procurando traduzir em termos lineares (não digo «simplistas», porque algumas dessas interpretações são valiosas) a progressiva superação do dissídio originário e o reencontro pelo

Poeta da unidade da consciência. Ora a verdade é que nem mesmo na fase considerada «optimista» Antero deixou de recair no sentimento de angústia vital que o possuía desde longe, desde que trocara a plácida regra religiosa da sua infância e da sua adolescência pelo inquieto peregrinar através dos mitos fiosóficos do seu século.

Nada há mais contrário à inteligência que ansiosamente se interroga — creio que já o escrevi um dia — do que a ideia de «ciclo», a qual implica a subordinação do processo psicológico a um esquema de desenvolvimento: optimismo, pessimismo, suspensão de consciência, niilismo, cabem num «ciclo», em todos os «ciclos», como cabe num prisma a imagem espectral da luz solar. Horas luminosas e horas pardas podem inserir-se, indiferentemente, na trama diurna de um pensamento devorado pelo mistério do existir: o espírito é que determina a tonalidade, e o espírito «dramático» só pode conceber a tonalidade «dramática», isto é, o conflito da luz e da sombra... Depois do soneto *Na Mão de Deus*, em que se quis ver o triunfo do «optimismo» anterior, e mesmo depois do soneto *Redenção*, tradução poética da solução pansiquista, a crítica descobriu que fora escrito aquele soneto a que o Poeta deu o título expressivo de LUCTA e que vem encimado por uma legenda de João de Deus que diz: *fluxo e refluxo eterno...*

Não foi, pois, superada a «contradição terrível»...; e é esta verdade que faz que a colecção de SONETOS de Antero se apresente — hoje, como ontem — como um dos depoimentos mais notáveis — senão o mais notável — que nos legou o século XIX. Não possuímos outro tão cheio do pensamento de Deus, dessa ideia-problema que o materialismo contemporâneo não conseguiu eliminar...

*

Antero de Quental — talvez não seja inútil acentuá-lo — foi um grande artista. Eu bem sei que falar de arte em poesia é, para os partidários do que chamarei «nudismo poético», sinal de conservantismo decrepito; mas como não venho aqui estabelecer polémica sobre a legitimidade da poética «nudista» direi apenas que, no que toca a Antero, aquela afirmação é plenamente verdadeira. Este artista possuiu o instinto da ordem e pôde por isso devolver o soneto à sua pristina dignidade. Talvez não tivesse sido Antero o verdadeiro autor da restituição — ele, pelo menos, atribuiu-a a João de Deus, num impulso de fraternidade — mas foi ele, sem dúvida, quem, a partir de 1861, a impôs aos seus contemporâneos, cansados da indisciplina e incontinência românticas. O soneto — a forma soberana do classicismo para a expressão das idealizações do sentimento amoroso — fora envolvido na depreciação que afectara o classicismo em geral e de que não o salvara o talento de Bocage. O soneto anterior tem certamente uma origem histórica: a publicação dos sonetos de Camões pelo Visconde de Juromenha, mas deve ter tido também uma origem psicológica: a textura especial do soneto prestava-se à idealização do todo na mente do Poeta quando este, por dolorosa inibição, não podia sequer escrever. Para Antero, o que conferia ao Soneto a sua superioridade sobre os outros géneros era a sua unidade e simplicidade; quer dizer: Antero estimava no Soneto aquelas qualidades a que nós costumamos dar o nome de *clássicas*, reforçadas na sua época pelas doutrinas e prática dos parnasianos franceses.

Nesta forma, velha de alguns séculos, infundiu o Poeta as suas imaginações metafísicas e, — para não ser tudo Apocalípse, «pesadelos rimados», como ele dizia, gracejando — alguns anseios amorosos, preservados com tanto recato que ainda hoje pouco se sabe acerca deles.

22

A qualidade soberana da poesia de Antero é a sua capacidade (ímpar na poesia portuguesa) de tornar sensível pela imagem o fluxo e refluxo da alma na perquisição da sua própria natureza e destino. Antero não rima abstrações, nem nos transporta para o mundo conceitual da sua filosofia; se o tivesse feito, ele teria sido apenas uma nova versão do poeta didáctico, tão vulgar

na segunda metade do século XVIII, ou então um poeta intelectualista, só comunicável a raros iniciados. Mas Antero é, no sentido pleno da palavra, um «lírico», isto é, um ser que se comove: o filósofo sai da sua esfera própria para comunicar ao maior número a sua emoção em face do enigma das coisas, para traduzir — ou tentar traduzir — numa linguagem aproximada — metafórica — esse mundo conceitual, oferecendo quase invariavelmente ao leitor uma imagem espectacular, de natureza dramática. O Poeta interpela Alguém ou alguma coisa que atraí ao seu convívio: os «espectros», a «noite», as «memórias», as «vozes» do mar, das árvores e do vento, a «Morte», o próprio «coração», para obter destas entidades significantes uma resposta à sua apreensão.

Capacidade idêntica se verifica nele para sugerir a paisagem cósmica, onde por vezes se desenrola o drama infindável do Homem:

Para além do Universo luminoso
Cheio de formas, de rumor, de lida,
De forças, de desejos e de vida,
Abre-se como um vácuo tenebroso...

A onda desse mar tumultuoso
Vem ali expirar, esmaecida...
Numa imobilidade indefinida
Termina ali o ser, inerte, ocioso...

Deste modo, temos a sensação de penetrar num mundo estranho, mas tornado quase tangível pela mestria evocadora do Poeta.

É preciso acrescentar que esta capacidade de sensibilizar o abstracto e os conflitos íntimos de natureza transcendental, este poder de sugerir em catorze versos o mistério do Cosmos, se tornam de poéticos em artísticos pela pureza da ideação, pelo crescendo de força dos tercetos, como preconizava Banville, pelo balanço rítmico, pelos efeitos da rima, pela nitidez da forma, quero dizer, do vocabulário e da frase. Não julgo necessário apresentar exemplos, nem a escassez do tempo de que disponho me consentiria.

*

Acerca deste Poeta de rara estirpe não-de recordar-se por muito tempo as palavras que dele escreveu Oliveira Martins no último parágrafo do seu Prefácio: «Este homem, fundamentalmente bom, se tivesse vivido no século VI ou no século XIII, seria um dos companheiros de S. Bento ou de S. Francisco de Assis». Não me parece excessivo o confronto, tratando-se daquele que conta entre os seus antepassados a Bartolomeu de Quental e, sobretudo, daquele que pôde afirmar nas *Tendências Gerais da Filosofia no século XIX* que «o mundo moral só subsiste pela renúncia ao egoísmo»; que é essa renúncia «que enche de intrepidez o coração dos heróis, de constância a vontade dos justos, de unção a alma dos santos»; que é ela «que dá aos simples a candura e a graça, aos humildes a dedicação sem alardes: a uns e outros o perfume da virtude que se ignora»; que, «superior ao destino, vencedora da fatalidade, mais profunda do que toda a ciência e toda a especulação só ela torna patente o íntimo segredo das coisas e é, em si mesma, a única verdade evidente, o único saber sem dúvidas nem obscuridades»; que «só ela vence a morte, porque faz compreender a significação do êxito final»; que a expressão suprema da renúncia é-nos dada pelo Santo, e que «a santidade é o termo de toda a evolução»; e, finalmente, que «o drama do ser termina na libertação final pelo bem».

Antero, filósofo da santidade! Que outras razões não tivéssemos para admirar e amar o Poeta, esta só bastaria: ele redescobriu através da névoa dos mitos a lei ética da vida, que, como sempre, soube transformar em ouro poético. A sua inteligência não concluiu: mas concluiu o seu coração. «Se o pensamento indaga, o coração adivinha», disse ele um dia. O testamento moral de Antero — réplica final à dúvida insolúvel do pensamento — contém-se neste soneto, que eu peço licença para ler e que me parece constituir o melhor fecho das singelas palavras que aqui vim proferir:

Disse ao meu coração: Olha por quantos
Caminhos vãos andámos! Considera
Agora, desta altura fria e austera,
Os ermos que regaram nossos prantos...

Pó e cinzas, onde houve flor e encantos!
E noite, onde foi luz de primavera!
Olha a teus pés o mundo e desespera,
Semeador de sombras e quebrantos!

Porém o coração, feito valente
Na escola da tortura repetida,
E no uso do penar tornado crente,

Respondeu: Desta altura vejo o Amor!
Viver não foi em vão, se é isto a vida,
Nem foi de mais o desengano e a dor.

As palavras do ilustre Professor foram, merecidamente, coroadas com muitas salvas de palmas.





LISBOA

CIDADE MODELO, CARTAZ BERRANTE,
SERVIDA POR UMA SINFONIA DE MIL PRÊGÕES

Lisboa que no Século XVI foi, no dizer dos velhos escritores clássicos, a cidade das *estranhas e desvairadas gentes*, continua apesar dos tempos modernos que atravessamos, a ser ainda um alfôbre, de mil tipos característicos e por isso mesmo, inconfundíveis.

Na Lisboa de outrora, no remoto tempo seiscentista, acotovelavam-se na chamada *Rua Nova*, as figuras mais estranhas e exóticas: *vendedores ambulantes de ninharias* e de *literatura de cordel*, *escravas vendedeiras de doces*, *peixeiras*, *ciganas*, um mundo de almas, de vária cor e de vária índole...

Os tempos mudaram, mas Lisboa, cidade cosmopolita, sempre apresentou, a par dos seus tipos próprios, genuinamente nacionais, personagens de importação chegadas ao Tejo, ao belo *mar da palha*, de todas as latitudes: homens louros do norte europeu; aventureiros dos confins

da Terra, sequiosos de conquistarem fortuna; mareantes de Veneza e de Génova, luxuosamente vestidos; astrólogos de indumentária exótica; negros da Guiné e de Angola; etíopes enigmáticos; *peles vermelhas* brasílicos; árabes com os seus turbantes vistosos; orientais indolentes e sonhadores...

Os tempos mudaram, mas Lisboa continua a assemelhar-se a um vasto cosmorâma, a um filme tricolor, mágico, onde perpassam as visões estranhas e bizarras.

Ainda hoje se cruzam, se entrechocam e se acotovelam nas ruas da cidade, figuras curiosas e sugestivas.

Há para todos os gostos, para todos os paladares.

Nos bairros denominados cosmopolitas, da *Baixa* ou das *Avenidas Novas*, sobressaem os ambulantes civilizados, quase sempre bem vestidos, ocultando sob a sua fatiota, uma miséria real ou simulada, mas sempre cortezes e urbanos.

Reparai naquele vendedor de pentes. De fato domingueiro, bem calçado, não insiste com o transeunte, não reclama o seu produto, apresenta-o, sim, aos circunstantes que passam, silenciosamente, discretamente, sem pronunciar a mínima palavra.

A contrastar apresenta-se-nos o *cauteleiro*, como mola que se desprende, reminiscência dos velhos *tipos lisboetas*, barulhentos, importunos, maçadores, como moscas que perseguem o cidadão mais pacífico deste mundo, durante metros e metros, berrando aos nossos tímpanos, com os eternos estribilhos, que não mudam de moda:

— Cá está a Sorte Grande!

— Olhe que se arrepende...

— São só duzentos contos por dez mil réis!

— Amanhã anda à roda e só tenho na mão esta cautela.

A par deste tipo puramente local há o *galego*, vulgo *moço de fretes* ou *moço de esquina*, silencioso, meditativo. Já teve a sua época. Já souu o seu grito de glória, do tempo em que era o alcoviteiro de meia Lisboa, o confidente das meninas namoradeiras e em que o piano dominava em todas as casas, mesmo nos quartos andares dos prédios desbotados ou incolores da Rua dos Fanqueiros!

Hoje o *moço de esquina* ou *de fretes*, memória do passado não é *aguadeiro*, nem grita o seu prolongado pregão *ai*; já também não tem pianos para mudar nem as meninas solteironas precisam dele para «flirtar» — namoram às claras, no cinema, nas casas de chá, na via pública, sem necessidade de ... intermediários.

A caminheta e o «táxi» que substituíram os românticos «choras» e «fiacres» resolveram duma penada o assunto. Lentamente vão matando o simpático galego tão da predilecção das traquinices do rapazio.

Tipos curiosos animam ainda certos pontos da Baixa como as floristas sempre graciosas por vezes traçando o seu chaile ou a oferecer dentro da loja com jovialidade flores belas e viçosas e, de mistura, dadivosos sorrisos.

A contracenar com esta aguarela de belas cores, nota vibrante e alegre surge-nos a cada passo o espectáculo entristecedor dos ceguinhos, transformados em músicos ambulantes, e usando os mais variados instrumentos desde o violino gemebundo até ao safoxone ruidoso, desde a dolente guitarra até à flauta tremente.

Ninguém ouve as suas músicas, as suas queixas, porque todos passam apressados para as suas ocupações e ainda porque muitas vezes o ruído da rua abafa os sons dos instrumentos. Mas o povo português que é sentimental por atavismo, apesar de todo o progresso, vai deixando cair compassivamente a sua esmola.

Mas o cortejo tem continuação embora o *homem do amendoim*, a *mulher das maçãs assadas*, dos *marmelos* aquecidos no forno, tendam a desaparecer. A substituí-los apareceram o ambulante ultra-civilizado dos *gelados*, das *bolachas americanas* e de *canela doce*, todos de branco, alguns com bonés da mesma cor a tocarem campainhas estridentes e fazendo simultaneamente, o elogio da sua mercadoria. Às vezes o motivo é excelente para catrapiscarem sorrateiramente as serviçais que, com o alarido, acorrem às janelas.

A *salioia do burro*, que vinha das redondezas de Lisboa, de saía redonda, corpete justo ao tronco e de lenço de ramagens a vender os apetitosos bolos, tremoços e queijos, essa também já quase não se vislumbra.

Na época própria, não falta ainda a vendedeira de figos a animar as ruas dos bairros com o seu inebriante pregão:

— Quem quer figos, quem quer merendar (ou almoçar); Oh... figuinhos de capa total...

Lisboa vai perdendo o vasto mostruário de tipos populares e a animação que lhe davam os seus estridentes pregões. As suas *peixeiras*, com os seus típicos trajos vareiros, eram afamadas. Os estrangeiros não se cansavam de as admirar embevecidos com a sua esbelteza, ar senhoril e asseio.

É vê-las ainda, às vezes, de canastra à cabeça, percorrendo Lisboa de lés-a-lés, sempre apregoando e jurando que perdem dinheiro e que se vão estrear com a venda dalguma dúzia de carapaus.

Nos bairros mais excêntricos vive ainda o arrastado *ferro-velho*, com uns tantos chapéus encarapuçados, com meia dúzia de fatos usados ao ombro e um cesto de bugingangas inúteis enfiado no braço.

É a recordação da Lisboa do século passado, da Lisboa dos trapeiros imundos, das saloias de botas de cano alto e de saía rodada, dos vendedores de sinas, dos aguadeiros, das ciganas, da mulher da fava-rica, da mulher dos farrapos ou das garrafas para vender, do homem dos balões, dos pirolitos, da água fresca e do capilé...

Afinal nem tudo, apesar das medidas governativas e do espírito dos tempos modernos se perde no corolário da própria vida cidadina. A uns tipos sucedem-se outros. Poderá modificar-se, transformar-se ou evoluir o quadro, no entanto, Lisboa continua a ser a cidade pitoresca com um apreciável contingente de tipos que atiram para o ar os melhores pregões servidos por vozes cristalinas.

Em Lisboa, cartaz de luz, ainda se misturam mas não se confundem os tipos portugueses com os cosmopolitas das cinco grandes partes do mundo.

A. Lopes de Oliveira.



VENDEDEIRAS DE FRUTAS DE AVINTES

QUADRO DE F. AUGUSTO SCHENCK

ACONTECIMENTOS C I T A D I N O S

Durante o trimestre a que o presente número da «Revista Municipal» respeita, deram-se alguns acontecimentos dignos de relevo na vida da Cidade, os quais aqui registamos em imagens.

A velha e tradicional Procissão da Saúde



O Sr. Vice-Presidente da Câmara depondo flores no monumento a Camões no dia 10 de Junho



Inauguração da VIII Exposição Nacional de Floricultura na Tapada da Ajuda



CONCURSO DOS TRONOS A SANTO ANTÓNIO,
VELHA TRADIÇÃO LISBOETA
REVIVIDA PELA CÂMARA MUNICIPAL



O tronó que obteve o primeiro prémio



O segundo prémio do mesmo concurso

FANTASMAS LITERÁRIOS NOS SÍTIOS DE LISBOA



Conta Diógenes Laércio, o autor de «As Vidas dos mais Ilustres Filósofos da Antiguidade», que, gabando-se alguém perante Aristóteles de haver nascido numa grande cidade, o Filósofo lhe contestou não ser isso o que importava, mas sim o cuidar-se de sermos dignos de uma pátria honrosa.

LISBOA — é honrosa.

Sem irmos mais longe, — que mãe adoptiva ela foi para o sadino Bocage, embebedado e improvisando bréjeirices perigosas no «Nicola», que os tempos de Junot tinham crismado em «Café Militar»!... Enquanto eram alvejados, sem outro sangue que o da sátira, oficiais invasores franceses e, após, «moscas» francófbos (até quanto às modas!) do grande amigo de Lisboa que foi Pina Manique — na Penha, em seus olivais de então, o apoplético José Agostinho de Macedo passeava incógnito, toureando Napoleão Bonaparte no seu desancador «Motim Literário» onde diz o Imperador dos Franceses coroados de loiros e chifres, como eles ainda gostam de desenhar-se nas comédias de «boulevard»:

—«E não estou eu observando à sombra destes olivais alguns portugueses, homens de bem ao menos por honra da Pátria, que tiveram mudados em novas formas de adulares e adoradores aqueles mesmos que lhes vão sem cerimónia e sem escrúpulo tosquiando a lã e arrancando a pele?...

.....
No palácio dos Césares... não de Roma: de Lisboa (Sabugosas e S. Lourenços), a Santo Amaro, gerações destes Gigantes que com outros Gigantes — os Mascarenhas (Óbidos e Soure) lutaram, segundo a designação com que outro Gigante — CAMILO — os historia, entraram Correia Garção, o cabeleireiro Reis Quita (que lição a democráticos!...) e parece que o próprio birbante do Bocage, acochado pelo arguto Intendente. Mais próximo de nós, Alexandre Herculano era lá recebido pelo Marquês de Sabugosa, ao que lembram — ambos em crónicas de 1905 — tanto o Dr. José António de Freitas como Carlos Malheiro Dias. Outros literatos do tempo de Herculano eram bem-idos à nobre mansão, quando amigos e companheiros do irmão da Marquesa, António Xavier de Brederode, director da «Revista Contemporânea de Portugal e Brasil». Na era, ainda mais vizinha, dos *Vencidos da Vida*, o Conde de Sabugosa, Escritor de estirpe tão rara como a de Fidalgo, acolhia o mulato Gonçalves Crespo e o catita Eça de Queirós, os quais, ambos, casariam bem, com Senhoras de anéis.

Escreveu também o romancista de «*O Filho das Hervas*» e secretário do Conde de Paço Vieira, com o seu estilo pação e espirituosinho, a transitar de Eça para Dantas:

«No século XVIII, era o burguês que ia passar o domingo aos Olivais, a Marvila, ao Lumiar, a Campolide, às hortas do Ferro de Engomar e da Rabicha. Tolentino e Bocage entravam na súa, muitas vezes. Essas merendas campestres, dignas das telas galantes de um Watteau, (como isto é falso e género «*sortido fino*» ou «*bout doré*», com perdão da amimada memória do escritor!) degeneravam com frequência em outeiros poéticos, — «*degeneravam*», porquê?! , ficaria Malheiro Dias embarçado se lho tivessem procurado, o que não sucedeu — com desafios de vates e amores bucólicos de arcades e franças, de preciosas e peraltas. Moleques de libré transportavam as merendas em grandes cestos de verga. As damas iam de sege ou liteira. A merenda da horta foi o *pic-nic* clássico do século da Arcádia e das anquinhas e o mais genuinamente nacional de quantos passatempos enfeitam a vida do burguês de Lisboa». Pois... não se diria, se estas linhas e estas imagens gerassem o entrançado de algum quadro crível, como o foram, para as subsequentes e genuínas «*hortas*» oitocentistas, — (com peixe frito, salada, ou amêndoas torradas a *fazerem boca* para o vinho; guitarras de agoiro tangidas por cegos descendentes do pressago Telmo Pais; rameiras esmoleres e *malacuecos* seus exploradores; agiotas; navalhistas; e fúfias durázias) — o 1.º e o último acto de «*A Rosa Engeitada*», por exemplo. É que D. João da Câmara, descendente de Gonçalves Zarco, nobre-de-verdade, era antipodal dos *ajanotadores* de temas, recortadores de fletas de papel fransido para as varejas da análise desrespeitarem, justiceiras, na perspectiva implacável da Crítica! No tempo valente e dextro de D. Carlos, o Rei-Marialva, D. João da Câmara, para o qual a tradição boa do Teatro Português *saltara* desde Garrett, — sonhava com o «*Encoberto*», (e metia-o, arrojadamente, «tu cá-tu lá», no *Coro dos Sebastianistas* de «O Burro do Senhor Alcaide») petiscando na boémia saborosíssima e faiente — nada evocadora de Watteau e anquinhas, segundo cuidava o outro!... — do «*Águia Roxa*»: saias de baixo gomadas e, no cabelo travessinhas ciganas de cor. Isto, as Severas e as Cesárias... Porque também lá iam os Custódias e os alquiladores... O coelho, que constituía um dos cozinhados característicos para petisqueira nas mesmas «*hortas*», — e nem sempre era... gato, como difamam exagerados que, nas *Feiras alfacinhas*, comeram «*casualmente*» este por aquele — tinha, muita vez, parentesco com os coelhos que Bulhão Pato ou Zacarias de Aça traziam dos arredores, nos cinturões, para sopetarem e presentearam amigos, também de boa pontaria e óptimo apetite.

Alexandre Herculano, cuja Sombra Austera se liga quase sempre, em evocações lisboenses, à Ajuda e ao Curso Superior de Letras, com a Sombra Romanesca de D. Pedro V, — nasceu no Pátio do Gil, à Rua de S. Bento, numa propriedade que já era de seus antepassados e há muito não existe. A esse lugar viveu ele sempre acorrentado pela saudade sem remissão que aos sensíveis fica incuravelmente da meninice: — «*Peut-on guérir jamais de son enfance?*» — perguntou a boa da Lúcia Mardrus. Herculano, com milhares e milhares de outros Homens, de dura tempera embora, provou, «*avant la lettre*», que não! Havia no Pátio do Gil uma capela, onde um frade arrábido rezava missa; um jardim, água, parreiras, hortaliças, árvores de fruto... E há, no *Monge de Cister*, este brado, assim inteiramente compreensível: «Oh, que se me pudesses restituir a capela, e o velho arrábido, e a sua missa, e as suas histórias, e o murmúrio que tinham as pequenas bicas a correr nos pequenos tanques, e a sombra que davam as nogueiras, e a melancolia do sol posto de ha vinte anos: se tal pudesses!... — Ai, não podes; não podes! Isto tudo sumiu-se». Curioso é que, a este homem terno, tão poucos tenham sabido *ver* para lá do «*brônzeo*» da adjectivação lugar-comum, e da «*rispidês*» que ele adoptou em atitude para desforra ante a vida ingrata. Quem sabe se a paixão do campo, ficada até FIM, como comprova o refúgio de Vale-de-Lobos, em tradução do anseio de fugir ao bulficio do mundo *urbano*, — nasceu naquele oasis rústico da Urbe portuguesa por excelência: o Pátio do Gil, conforme ele era

e ficou descrito? E como tudo *chega* circunstanciadamente o nosso Historiador a Chateaubriand, seu par em bastantes aspectos!... Também o autor de «*Atala*», tornado da sua jornada aos Lugares Santos, em 1811, querendo viver longe da corte e afastado do mundo político, se recolheu a uma propriedade, que também tinha comprado e restaurado, quase perdida entre arvoredos, denominada (avalié-se o determinismo da coincidência!) *Vale-de-Lobo!* Aí escreveu «Os Mártires» e começou as suas «Memórias de Além-Tumba». São versos de Alexandre Herculano os seguintes, — mas poderiam traduzir versos afins do romântico francês, sepultado no escolho do *Grand-Bé*, em Saint-Malo, frente ao grande mar bretão.

.....«Oh, dai-me um vale,
Onde haja o sol da minha patria, e a brisa
Matutina da tarde, e a vinha e o cedro
E a laranjeira em flor, e as harmonias
Que a natureza em vozes mil murmura
Na terra em que eu nasci, embora falte
No concérto imortal a voz humana,
Que um érmo assim povoará meus dias.»

Sem nos extraviarmos mais da nossa lisboetinha senda, para macadames de crítica literária larga, não deixemos, já agora, de sinalizar a gracil expressão «*brisa matutina da tarde!*» Afinal, as formas originais não eram vedadas aos pilares e pègões do Romantismo... como o Peralvilho Garrett, que entra nesta relação por haver morado na esquina dos *Fieis de Deus* para a *Barroca*, no palácio que pertenceu à Baronesa de Almeida.

Junto, no mesmo Bairro Alto perfumado de vício e tradição, nascera CAMILO, cerca de quinze anos antes — na Rua da Rosa das Partilhas, n.º 9, para onde houve que transferir a lápide, truncada no Largo do Carmo. Perto de 1894, CAMILO residiu, em Lisboa, na Quinta do Retrozeiro, ao cimo da Avenida, não longe dos seus (de Ele) actuais Monumento e Rua, e não longe do Parque (?) onde enterraram... e perderam a primeira pedra para outra sua projectada estátua.

Se os galhofeiros do «*riso-pelo-riso*» (ninguém, no meu entender, achará fórmula mais avessada à «*Arte-pela-Arte*») cá deixam duendes, o que não me palpita, Gervásio Lobato fará lançadeira entre a Rua dos Fanqueiros e o túmulo sem drama do Teatro do Ginásio. Júlio César Machado, temperamento muito mais complexo e denso, na aparente despreocupação que o mais dorido suicídio desmentiria, — cirandará mais, não evitando, é certo, sítios banais, como a Rua dos Douradores, vizinha da do outro, embora mais «*artista*», seja como for, nos amarelos polidos que sugere, — mas transportando do «*au-delà*», a sua boa recordação, cheiritos de alfazema e pecadinhos sornas da Semana Santa com visita meramente formalista a sete igrejas, amêndoas de confeitarias, e velas dos camarins, reacendidas na Aleluia.

Eça — é o Aterro, a Rua do Alecrim (mal empregadinhal...), o Chiado, a Patriarcal, S. Pedro de Alcântara — por ele próprio, Eça, e pelo Conselheiro Acácio, que não estava nos antípodas do autor... nem nos do enfunadíssimo Ramalho, morador da Calçada dos Caetanos, no predestinado prédio onde tem lápide também outro «*Vencido da Vida*», Oliveira Martins, e ainda não a tem (porque, felizmente, está vivo e sádio) um *Vencedor*: António Ferro, singrado do Jornalismo («*Le journalisme mène à tout pourvu qu'on en sorte!*») à Legação de Berne, como prémio da proficiente orientação que dera ao Secretariado da Propaganda e à Emissora, quando os dirigiu, já em galardoador aproveitamento da projecção, inter e extra-fronteiras, do propagandista livro «SALAZAR — o Homem e a sua Obra».

Tornando aos «*Vencidos da Vida*» — que o meu muito Querido e muito Desventurado FIALHO DE ALMEIDA começou, quanto aos mais *ilusionistas* (Ramalho, *Eça* — e *esses*, assim...) a ver sem *ampliações* —, o respeito das gerações estudiosas e pensantes de hoje tem mantido e acrescentado nível aos que eram verdadeiramente densos e tomáveis a sério com perdurabilidade: Oliveira Martins, Sabugosa, Ficalho... A «*ramalhal figura*», como manias de força, higiene e arrumação ⁽¹⁾, e o «*fino-espírito*», sem sonda mais fundeira do que a troça e o conceito parisiense de elegância, mesmo nos lavradores perfumados de Tormes ou Santo Ireneia, — estes, o coimbrão Arnoso, o *pópó-chimchim* dos alexandrinos junqueireanos e outros sonorosos acompanhadores de *Nenhuma Melodia* justificadora das charangas, barcarolices e berreiros, dão cada vez mais atenuantes à brava página de «Os Gatos» onde o grande cronista os chamou «*ratões*» (decerto porque «*Os Gatos*» os *comeriam* criticistamente, não lhes deixando nem pelo de bigode, para a História da *Literatura Verdadeira*, alheia e indiferente a «*boutades*», barbas-à-Tolstoi, monóculos, suíças, lunetas, empertigamentos ortigões ou cabaias fradiqueiras). — «Um terço é celebre, o outro dá-se ares de o ser, e enfim o último faz um fundo de comparsaria pagante destinado a fazer o talento *maquillé* dos outros dois. (...) Os vencidos da vida, quando juntos, o que pretendem é jantar; depois de jantar, o que intentam é digerir; e digestão finda, se alguma coisa ao longe miram, tanto pode ser um ideal, como um *water-closet*. Não há portanto razão para sobressaltos. Que os vencidos da vida jantem em paz. E se a obscuridade os consola das amarguras sofridas na via pública, fiquemos nisto — a história nem sempre fixa os nomes dos que bebem «*Champagne*» ⁽²⁾.

Menos de 10 laudas adiante, a cristalinidade deste Homem Azedo mantém-se focando: «— Que vem a ser então este *Fradique*? — A condensação, num tipo de caixairo, das ideias, das apreciações literárias, e das pedanterias juvenis dos homens do *Cenáculo*, que envelhecendo, e chegando a cargos oficiais, deram a filarmónica dos vencidos da vida. *Fradique* é uma espécie de Ramalho Ortigão, que tendo lido todos os livros, visto todos os mundos, e conhecido todos os homens, descamba a dizer asneiras sobre as coisas que viu e percorreu. Uma alcofa de trapos com pretensões *bric-à-brac*; dois terços de cretinismo, por um de estado comatoso, o todo servido dentro da geografia de Eliseu Reclus, por uma espécie de esqueleto satírico.»

... Humberto de Campos, no nosso tempinho e no ex-nosso Brasil, foi mais longe, talvez longe de mais: para ele os leitores ainda deliciados de Queirós são... os barbeiros.

(— ...Então, não tenho de pedir mil desculpas por incorrer no delito de fuga, para desvios de Revisão Crítica e Estética, à linha condutora deste estudo? E eu, que prometera, em cima, ladear, quando não evitar, a tentação!... — Não torno mais, vão ver!).

Francisco Palha, sombra lisboeta, dumas que vagueiam nas horas mortas (infelizmente, todas!) dos Palcos, lembrando bons tempos de êxitos teatrais com eco numa sociedade inteira e no público em massa, — morava no seu palácio do Dafundo mas, muito mais, no seu escritório do «*Trindade*», donde safam redigidas, em dinamite e pimenta, aquelas famosas «*tabelas*» a emendarem cabotinismos e desregramentos dos cómicos e cantores lá contratados. Velho, gordo, de bigodaça e pera brancas, tradutor e adaptador chistoso de operetas francesas, parodista, no «*Andador das Almas*», da valetudinária «*Lucia de Lamermmoor*» — com o Taborda em protagonista, e autor da engraçadíssima «*Fábia*», estreada no palácio do Dafundo, antes de dar a

(1) V., querendo, o n.º 636 de «O Século ILUSTRADO», datado de 11 de Março de 1950: na minha secção «ASPAS & SUBLINHADOS», a crónica: «*Ligeiríssima Poda em Arvore Frondosa*». (Pág. 10.ª).

(2) «OS GATOS», 6.ª Edição, II Volume, Páginas 54.ª e 55.ª.

volta a todos os teatros lisboetas de farsa e às récitas estudantis de quintanistas conímbricos — a estas durante tanto tempo, que só as modificou, em programa, a escrita duma... «*Nova Fábria*» pelo académico que viria a ser o conselheiro e ministro progressista, Dr. António Cabral...

A-propósito de Francisco Palha, se os meus leitores se não importarem venham, com ele, — com a sua bem disposta sombra... — comigo e com os mais que eu nomear, à Tapada da Ajuda, para... um Bazar da Caridade (diziam e dizem *Kermesse*, mas esta inútil importação terminológica da Flandres arrepiava-me tanto como ao saudoso Conde de Mafra, Dr. D. Thomaz de Mello Breyner!) que se realizou em... 1884! Foi a «*FESTA DAS CRECHES*». Para ela, ofereceu a Rainha Senhora Dona Maria Pia um jarro e uma salva de prata dourada, trabalho do século xv onde se viam, na salva, representados em primoroso relevo, os Passos da Paixão de Cristo. Avaliados em quatro contos e quinhentos mil réis, aqueles objectos mereciam, na opinião dos entendidos, bem mais alto preço. O Senhor D. Luís deu uma formosa caixa de ouro e prata, para charutos — prenda de elevado valor. Só num dia as entradas renderam mais de três contos de réis, porque foi de 30.000 pessoas a concorrência. Nas barracas a venda produzia, em média diária, cerca de cinco contos! Mas o brinde mais raro foi, sem dúvida, o leque doado por Mendes Leal, então nosso ministro em Madrid.

Um leque, mais precioso que as jóias! Acredita-o quem me ouvir dizer que, quando veio de Espanha para Lisboa, se liam já no seu pano versos e prosas autógrafos, de Campoamor, do dramaturgo Echegaray, de Nuñez d'Arce, do célebre orador Emílio Castelar e outros; se, para agravar o deslumbramento, adicionar a estes nomes os do próprio Rei («autor de certas conceituosas estrofes» — segundo um noticiário do tempo...), de Thomaz Ribeiro, Pinheiro Chagas, do então juvenil Henrique Lopes de Mendonça — que triunfara, no Teatro de D. Maria, graças à peça «*A Noiva*»; se citar entre os colaboradores do privilegiado leque o próprio Mendes Leal — falando das «choças da pobreza, a cuja porta bate o Anjo da Caridade»... —; o Conde de Sabugosa; o Duque de Rivas — com uma produção rutilante, iniciada: «*Mayo vendrá!*»; António de Serpa, romântico e político; e, finalmente, o nosso admirável Noivo Imortal de Lisboa, que é Júlio de Castilho!... Pois — para acabar o longo chorrilho de condicionais — se ficarem sabendo que foi este genial investigador o artista plástico incumbido de adornar o leque literário, morrerá a estupefacção perante o considerarem este o prémio mais precioso, inestimável! — Guardo cópia de três produções: a de Thomaz Ribeiro, a do espanhol Francisco P. Figuera e a espirituosa quintilha de Francisco Palha. Vou dá-las a ler. O que, infelizmente, não posso mais que descrever apagadamente é a graciosa finura com que o Visconde de Castilho as ilustrou. Os versos de Thomaz Ribeiro mostravam os braços de Portugal e Espanha, coroados dum diadema de estrelas, e as bandeiras das duas nações, entrelaçadas com loiros: mais ao longe, viam-se dois livros unidos — os *Lusiadas* e o *D. Quichote*. Leiam agora...

— «Chamam a união ibérica
utopia, mal sonhada.
Pois essa ideia quimérica
eíl-a aqui realisada —

'n'um leque; em idiomas vários;
feitos em verso os tratados;
e plenipotenciários
poetas dos dois estados.

Egues os peitos captivos;
por musa a fraternidade;
vinculos federativos
os laços da caridade.»

Para Figuera, cuja quadra diz ser português no verão, como proprietário duma casa em Espinho (...e não na *Figuera*... da Foz, conforme pareceria mais lógico), o desenho foi simples: um espinho, por cima da quadra.

«Soy español en invierno,
y en verano portugués;
por eso entre ambas naciones
he partido mi querer.»

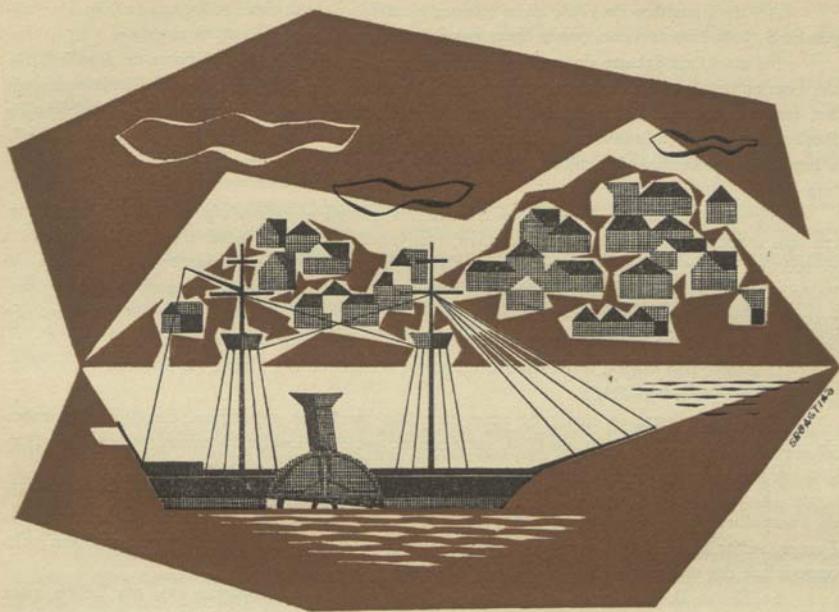
Finalmente, Francisco Palha. A copla que escreveu para o leque é, quanto a mim, a mais interessante das que conheço. Vinheta para ela, de Júlio de Castilho: um abanico, orlado de arminhos, em cuja base se distinguem duas figurinhas à Luís XV — um fidalgo e uma dama. Ouçam:

«Sou velho e branco. Paciência!
Quizera, abrindo este leque,
ter a infantil inocência,
e ser preto: um bom moleque
para abanar *vocelência*.»

Fantasmas Literários, nos Sítios de Lisboa...! Fechemos, por hoje, a ronda, com Gualdino Gomes, o menos antigo — e o menos pródigo de escritas — que partiu para o Mais Além, a parolar com o Grupo do «*Leão*» (baptizado pela Cervejaria e não pelo futebol) e com o do *Martinho*, para contar ao Rafael Bordalo, ao Fialho e ao caducado mosqueteiro Marcelino, o Zero Intelectual a que se chegou, sem Teatros, sem Ilustrações, sem Má Língua, sequer... O que vale é o Manuel dos Santos, da Golegã, melhor que os toureiros Grilos, de Salvaterra, os Peixinhos, ou os Robertos, em que eles faziam tanto briol... Mas isto não tem nada que ver com as Letras, senão com as *letras* de fados marialvistas e paso-dobles, ou com a evocação da revista teatral «*A TOURADA*», — das poucas coisas que Gualdino rabiscou.

Rodrigo de Mello.





LISBOA MARÍTIMA DE HÁ CEM ANOS

Ao tempo que a cidade tendia a dilatar-se do Oriente para o Ocidente, destino das grandes metrópoles, tal qual Londres ou Paris, fenómeno não explicado, como se, por qualquer lei desconhecida, o homem acompanhasse a rotação solar, o terramoto de 1755 fez afluir a Corte ao alto da Ajuda e, desde então, o longínquo bairro não deixou de medrar.

A freguesia de Nossa Senhora da Ajuda teria sido criada pouco depois do ano de 1551, porque Cristóvão Rodrigues de Oliveira, em *Sumário das cousas de Lisboa*, não a mencionava por paróquia. Em 1587, havia na igreja irmandades e os livros dos baptizados não iam além do ano de 1592, segundo informou o padre João Baptista de Castro, em *Mapa de Portugal*.

No mais antigo rol de desobriga da freguesia da Ajuda, existente na Biblioteca da Ajuda, referente ao ano de 1695, já faziam parte dela o Alvito, Alcântara, Tapada Real, Junqueira, Altinho, Alcolena, Belém, Bom Sucesso, Caselas, Pedrouços e várias quintas aderentes.

Alcântara ia-se tornando notável, no tempo do Rei Magnânimo.

A 7 de Dezembro de 1743, ali se collocou a estátua de mármore, sobre um padrão, da imagem de S. João Nepomuceno, que se fizera por ordem da rainha, para cumprir um voto.

No dia 11 de Janeiro do ano seguinte, em outra quarta-feira, D. Mariana de Austria assistiu, com os príncipes e os infantes, na Ponte de Alcântara, à colocação da estátua, cuja cerimónia fez, em uma tribuna, o Principal D. Tomás de Almeida. No fim se cantou, pelos músicos da Basílica Patriarcal, a ladainha de Nossa Senhora, com a antífona do mesmo santo, terminando a função com descargas de artilharia, tanto dos fortes, como do regimento de cavalaria de Alcântara (1).

O padre Luís Montês Matoso, que frequentava a Corte e andava a par do que nela se dizia, em seus manuscritos semanários deu a nova, em Janeiro de 1743, de estar concluído o risco da perspectiva que se determinava de fazer, por «toda a marinha», continuamente desde Marvila até Belém; que se pediam quinze mil homens officiaes, para se trabalhar ao mesmo tempo; e que, prontos os pagamentos, tudo se daria por acabado em sete anos. E assim terminava a noticia: «Se tiver effeito esta ideia, será o porto da melhor vista de todos os do Mundo».

O intento não vingou, talvez por o rei andar a caminho das Caldas da Rainha, em cata de alívio a uma doença hereditária.

E as razões para se cuidar de umas muralhas marítimas subsistiam. De 30 de Dezembro do ano de 1742 a 5 de Janeiro de 1743, entraram no porto de Lisboa 25 navios, saíram 39 e ficaram 100 (2).

Já havia o «cais de pedra»; mas, em Setembro de 1745, construiu-se um cais na praia da Pampulha e junto dele uma praça, destinada a mercado de peixe; e em cima, no Largo dos Fornos, se fez outra praça, para a venda de fruta, hortaliça, pão e mais géneros, também para comodidade dos moradores daquele bairro (3).

Se El-Rei D. José mandara erguer, no ano de 1753, um espaçoso cais em Belém, para melhor cómodo do desembarque e adorno da casa régia de campo que lá havia, era de prever que, após o terramoto, que poucos estragos ali fizera, a freguesia da Ajuda aumentasse com a estadia da casa real.

*

Não tinham transcorrido cem anos, quando P. R. Pézerat, engenheiro da Câmara Municipal de Lisboa, cogitou em alargar a cidade, com a construção de muralhas, portos de abrigo e armazéns a edificar sobre terrenos descobertos na baixa-mar das águas vivas, desde o Arsenal da Marinha até à Torre de Belém, de guisa a merecer a cidade o título do mais grandioso empório europeu.

A obra seria a mais esplêndida que se podia conceber, não só pelo proveito que oferecia à especulação, mas ainda por favorável ao desenvolvimento industrial, comercial e marítimo da cidade de Lisboa, com o porto muito superior a qualquer outro da Europa.

Para se conseguir tão ridente futuro, bastava assentar a via férrea, que unisse a capital do reino à Espanha e à França, dir-se-ia à Europa, erguer nas margens do Tejo estabelecimentos marítimos, tais como docas, portos de construção, estações de depósitos de caminhos de ferro, anexas aos armazéns das docas, tudo de modo a tornar Lisboa cabeça de toda a rede ferroviária.

(1) Folheto de Lisboa, de 7 de Dezembro de 1743 e 2 de Fevereiro de 1744, do padre Luís Montês Matoso, dos Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa.

(2) Folheto de Lisboa, de 12 de Janeiro de 1743, citado.

(3) Mercúrio de Lisboa, de 18 de Setembro de 1745, dos Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa.

E assim os navios ganhariam interesse em preferir a escala por Lisboa, evitando a difficil navegação do golfo bravo da Gasconha, do canal da Mancha, do estreito de Calais e do Mar do Norte.

Ao engenheiro não parecia desvanecido sonho fixar no porto de Lisboa o maior tráfico comercial, visto que, uma vez decretado o porto franco, nenhuma outra praça lhe faria concorrência (*).

Caso o governo chamasse ao país os cabedais das grandes companhias, o projecto, posto por obra, havia de glorificar um reinado.

Dadas as condições hidrográficas, a empresa que executasse o trabalho em poucos anos teria concluído os dois portos mercantes e de construções, com rendimentos suficientes para pagar os juros e a amortização do dinheiro empregado na edificação das muralhas e no aterro de mais de 200 hectares.

Construída uma linha de cais superior a seis mil metros de extensão, contando-se com os terrenos quase horizontais da Junqueira, Belém e Pedrouços, a cidade ficaria magnífica e a mais linda do Mundo.

Com a Renascença, Lisboa foi gradualmente abandonando os antiquíssimos bairros de Alfama e Mouraria. Aterrou lagoas que foram substituídas pela cidade baixa; transpondo as muralhas fernandinas, invadira o Bairro Alto, à sombra da Casa Professa de S. Roque; e, finalmente, do sítio de S. José e do Campo do Curral, atingiu para Oeste Buenos Aires, o aristocrático Bairro da Lapa.

Todos os projectos do reinado de D. José, depois do terramoto, não concorreram para o aumento e desembaraço do porto de Lisboa, conquanto se imaginasse um cais do Terreiro do Paço à Torre de Belém em linha recta.

Desde o ano de 1844 que o engenheiro Pézerat não tinha largado de mão o grande e útil projecto, em que procurava satisfazer as futuras necessidades de Lisboa, como primeiro empório comercial da Europa, aliás precisões, faltas e carências incompreensíveis ao comércio do século XVIII.

Se bem que o processo fosse estudado consoante certas considerações e sua explanação demandasse de volumoso tomo, o engenheiro reduziu a exposição às formas mais sucintas, embora o projecto houvesse de sofrer das modificações e dos aperfeiçoamentos sugeridos pela experiência.

A seguir, Pézerat indica alguns esclarecimentos sobre os problemas que instituiriam a «política industrial», cuja solução asseguraria o desdobrar dos lucros comerciais e a prosperidade dos centros marítimos, dos quais nenhum da Europa fora tão favorecido, por sua posição geográfica, como o de Lisboa.

A doca consistiria em um armazém público, em que os produtos se acumulariam por ordem de classes, onde receberiam os cuidados inerentes à armazenagem, postos no mercado mediante a guarda das autoridades, com os instrumentos de crédito transmissíveis, os chamados *Warrants*.

Tais armazéns, com os *Warrants*, suprimiam os intermediários; e, se ainda se juntasse o *Techee*, a forma mais rápida e activa das transacções e do crédito privado, ver-se-ia constituído o mais aperfeiçoado sistema económico comercial.

(*) O decreto de 22 de Março de 1834 tornou o porto de Lisboa porto franco aos navios e mercadorias de todas as nações, com o depósito na Alfândega, isentas de direitos de armazenagem pelo primeiro ano, excluídas as fazendas inflamáveis.

A prova inludível a tinha patenteado a Inglaterra, por via da iniciativa particular, posto que em terras lusas o engenheiro inculcasse de imprescindível a tutela governativa e a garantia de um juro mínimo, no intuito de animar a timidez dos nossos argentários.

Para a criação dessas instituições marítimas e comerciais, bem como para a construção da via férrea, antolhava-se a obrigação de a governança incitar o espírito da empresa nacional e atrair o dinheiro estrangeiro, no fito de Portugal não ficar atrás dos progressos sociais, industriais e marítimos.

Nesta altura do difuso relatório, o engenheiro ingressa na relação geral do projecto e na apreciação das questões económicas, que lhe diziam respeito.

Trata, em primeiro lugar, do orçamento descritivo e estimativo de todas as partes da execução, depois da estatística do movimento comercial de então, a fim de em seguida se ajuizar do desenvolvimento que se devia de tomar para o futuro, tocante aos portos, às docas e aos caminhos de ferro.

Computava os capitais da empresa a fundar em mais de noventa e três milhões de francos, devendo para isso ter disponíveis cem milhões, cujo emprego se applicaria em progressão, de sorte que em curto prazo de tempo se pudesse auferir rendimento que cobrisse o juro da quantia a despende.

As plantas, ordenadas sobre rigorosos exames hidrográficos e geodésicos, ficaram pormenorizadas, para se verificar da exactidão das avaliações.

Não podendo o engenheiro ater-se aos dados estatísticos do porto de Lisboa, por não servir de comparação com a melhoria imensa do porvir, quando a cidade se elevasse a importante metrópole comercial, julgava conveniente não engrandecer o projecto, por se converter em problema muito pendente da boa resolução que o governo desse às iminências, assim como das vantagens cedidas à instalação dos estabelecimentos marítimos, das melhores vias de comunicação e, sobretudo, do caminho de ferro que ligasse Portugal ao resto da Europa.

Entra aqui o engenheiro no cálculo dos comprimentos, superfícies e cubos das diferentes parcelas da obra ingente, que não interessam à história da cidade, com o total de superfície dos portos de 83.68.01.82 metros, e de superfície das construções de 19.28.57.60 metros.

Ter-se-ia de aterrar 129.92.45.97 metros, o que custaria 3.175.978\$932 réis. O total geral ascendia a 16.133.544\$825 réis com, reduzidos a francos, somavam 89.630.802. E, para recuperar tal importância, a empresa se desfaria de 47 hectares de terreno, os quais, vendidos a 100 francos por metro, davam 46.886.800 francos.

Havia a contar com o rendimento dos portos, dos armazéns e de outros edifícios, que provesse o pagamento dos juros e a amortização de 42.744.000 francos, supondo-se o juro de dez por cento.

Não seria exorbitante o preço de 100 francos por «metro superficial», porquanto em Marselha se alçara a dois mil francos e em Paris, nas principais ruas, o preço chegou a três e a quatro mil francos.

Apesar do baixo preço por que se avaliavam os terrenos de construção da nova cidade de Lisboa marítima, previa-se que os mais belos bairros das cidades europeias de renome não podiam competir com as belezas naturais e com o valor comercial da capital do Império Lusitano.

38

O custo do «metro superficial» não impediria de subir a 200 francos, equivalentes a 36\$000 réis. Ainda computando o preço de 200 francos, achar-se-iam 93.373.600 francos, que salvariam os gastos da companhia, calculados em 89.630.800 francos, não contando com as receitas das docas e dos estabelecimentos marítimos.

Tendo os terrenos a descoberto em baixa-mar de águas vivas, desde o Arsenal da Marinha até à Torre de Belém, sido concedidos a Lucotte, a pretexto de indemnização do assentamento da linha férrea de Lisboa a Sintra, por um contrato que, afinal, não fora cumprido, parecia ao engenheiro que o contrato se devia de considerar derogado.

Nesse contrato, não se compreendia todo o partido a tomar dos terrenos no litoral do Tejo e, por isso, as pretensões de Lucotte não incluíam nenhuma das superioridades que se procuravam no estudo da cidade marítima.

Conjecturando, porém, que o aludido contrato de Lucotte não estivesse anulado, em vista dos prazos estipulados, o governo não havia de comprometer as conveniências de Lisboa, aprovando os estudos incompletos e insuficientes de Lucotte, nos quais os estabelecimentos marítimos foram postos de banda e os terrenos de construção inutilmente empregados ou, para melhor dizer, desperdiçados.

O governo não tinha mais do que anular o contrato com Lucotte e pôr a obra a concurso de empresas sérias e poderosas, cuja organização seria tão fácil quanto belo e grande era o campo de exploração que se lhes mostrava, em concorrência com as maiores empresas da Europa.

E, com estes dizeres, o engenheiro Pézerat fecha o extenso relatório, de prosa mal cuidada, que se encontra na pasta 52-XI-I, documento n.º 89, da Biblioteca da Ajuda, e quanto possível se resumiu, com o enxerto de um ou outro acréscimo, que veio a lance na prolixa discorrença (*).

Foi a 20 de Maio de 1858 que o engenheiro apresentou a El-Rei D. Pedro V o dito relatório, agradecendo respeitosamente a Sua Majestade, por se ter dignado aprovar seus estudos, com a qual realização o monarca julgava honrar seu reinado.

José Estevam.



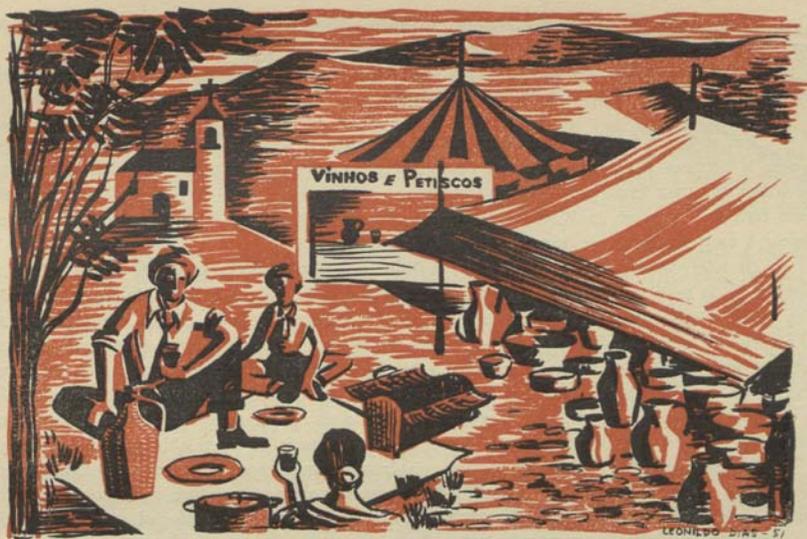
(*) Pézerat foi também engenheiro da Misericórdia de Lisboa, autor do projecto da fachada daquela Santa Casa e do projecto do edificio dos Banhos de S. Paulo.



FONTE DA SAMARITANA EM XABREGAS



INTERIOR DOS JERÓNIMOS
Pintura a óleo de Tony de Bergue



ROMARIAS LISBOETAS A SENHORA DA ROCHA

Não têm as romarias arrabaldinas de Lisboa o interesse das minhotas, que lhes advem do seu pictural espontâneo, do arrebatamento colectivo e da devoção popular. E, quando falo em devoção, não me ateno apenas à sua face religiosa: reporto-me ao entusiasmo pelas festanças em que o povo, seu primeiro actor, dá folga a ingénuas alegrias, abrindo a válvula de escape às tristezas e preocupações do dia-a-dia. Vai com ele a satisfação de tomar parte nas comezainas feiristas e amaltar com os amigalhaços nas baiúcas de comes-e-bebes, o prazer de dar à gâmbia nas chulas e viras rodopiados, o antegoso do namorisco, com sua beijoca furtiva, o estardalhaço das filarmónicas e do foguetório. Ilustremos este remexido estendal com algumas cabeças escaqueiradas no florear dos varapaus e alguns narizes esmurrados no fragor das controvérsias, aquecidas pelo verdasco, verdadeira tentação envasilhada, que golfa em jorro das pipas enramadas de verdura e espirra nos copos esviados de um trago.

Nada disto dá carácter às pacatas peregrinações saloias. No entanto, sempre vem abrir um parêntese no viver sorna e igual do lisboeta, repartido entre a casa e o lugar onde amanhã a porca da vida, apenas pontuado com as escapadas ao café, ao cinema, a algum antro fadista, ou ao odioso futebol, que tudo resume e avassala.

Fui ontem à Senhora da Rocha, ali às abas de Carnaxide. Quem é, dos de Lisboa, que ignora a Senhora da Rocha? Desde os longínquos, tumultuários dias do *Rei chegou*, o êxodo do alfacinha, para estas paragens, no derradeiro domingo de Maio, sucede-se ininterruptamente, para festejar a imagem da Virgem, que uns gaiatos brincalhões um belo dia encontraram numa furna, à margem direita do Jamor.

Grandes devotos foram desta santa milagreira o Senhor Rei D. Miguel e sua realíssima família. E, já mais próximo de nós, encontraram estes sítios um eco enternecido na alma romântica do Sr. Conselheiro Tomás Ribeiro, o poeta dulcoroso de *A Judia*. Subiu o seu entusiasmo a pontos de, quando participou dos conselhos da coroa, ter promovido a construção de uma estrada que, saindo de Carnaxide, circuita a sua faixa poeirenta pela Senhora da Rocha, e vai morrer na Cruz Quebrada. Lá está uma lápida, datada de 1885, sobre a ponte que cavalga o ribeiro, memorando o histórico sucedimento. Junto da entrada, foi construído há anos um campo de batalha — a arena dos futebóis e demais competições interclubistas e internacionais.

De nada, porém, valem as regalias viatórias quando chega a romaria, designadamente para quem não tem a felicidade e facilidade de um carro que o conduza ali. Em Algés estive eu, que não tenho vocação para salamandra, quase uma hora à torreira do sol, a respirar poeira e a suar as estopinhas, incorporado numa bicha, à espera de uma tarda camioneta, que nos levaria por conta-gotas. — Consegui — ufel — instalar-me numa, emancipando-me de encontrões e pisadelas. Antes da partida, ainda ouvia os dichotes com que alvejavam um ou outro esperalhaço, desses que lançam mão de toda a artimanha para alcançar as filas dianteiras com prejuízo de terceiros.

No percurso, que não excede os seus dez quilómetros, já se ouvia lá adiante o estrondear dos morteiros, o vozear da multidão e o eco dos fungagás. À beira da estrada, onde passam cães de língua pendente, derreados de calor, acoitam-se nalgum ponto mais umbroso lugares improvisados de venda de fruta, ou sujeitos em mangas de camisa, rodeados de bolos de bacalhau e postas de peixe frito, a fazer boca ao torrejano e ao cartaxeiro. E o chamariz não parava:

— Eh, freguesial! Aqui é que é comer, que lá na festa é uma roubalheira!

Por ali estava também, como é da pauta, o costumado mostruário de mazelas, que uns mendigos psicólogos exibem em toda a sua crueza convincente, com a lamúria choradinha:

— Ó meu rico benfeitor! Dê uma esmolinha a quem não o pode ganhar! Tenha dó de quem está assim na flor da sua idade!

A camioneta só ia até Carnaxide. Daí para baixo, tinham os infelizes romeiros de ir, a pé posto, sob as escandescências do sol, até ao ponto da festança. Logo ali começaram os protestos:

— É a tal coisa! Paga-se e vai-se a pé! Pouca vergonha!

Mas o mal não tinha remédio. E porque o não tinha, todos se resignavam, resmungando. Tratei de me abastecer de cerejas rubicundas, fruto das minhas simpatias e... Maria (no meu caso, Manuel) lá vai co'as outras.

42

Ao fundo de uma ladeira, no vale densamente arborizado, passada uma revolta da estrada, antes da ponte, começa logo o formigar do arraial. Cá estamos. Que confusão! Barracas e barracas por toda a parte, algumas de velhas lonas remendadas a trouxe-mouxe, bariolada farrapagem cobrindo um esqueleto de espedes, tábuas e sarrafos, com letreiros incríveis, desde as de tiro ao alvo, donde o cachopame de aluguel nos convida — «um tirinho, freguêsl» — até às

tascórias ignóbeis de iscas e sardinha assada. Anda no ar um cheiro acre de fumo, suor e azeite esturrado. Consulto a minha «cebola»: são três horas. Logo vi! O estômago avisa-me de que estava a «trabalhar na lona» e que, antes de mais, havia que remeter-me ao almoço. Indicaram-me um «restaurante» (upa!) na outra margem do Jamor, que ali corre — ou escorre, se quiserem — umas águas porquíssimas, entre seixaria, onde proliferava em barda uma umbelífera, talvez a socrática cicuta, sei lá! — a caminho do «claro Tejo», cujas águas pedem meças a estas em porcaria, das escorrências que Lisboa lhes vomita a toda a hora. A custo consegui alcançar a outra margem, através de uma velha ponte arruinada, levando um quarto de hora de patadas e encontrões num percurso que, normalmente, me levaria dois minutos.

O tal «restaurante» desafiava, pelo recheio variado, um buril rembrandtesco. À porta, do lado de fora, um calmeirão, alto como um pinheiro, de avental e boné branco de duvidoso asseio, armado de grossa seringa de folha, espremia numa sertã, onde um azeite escuro rechimava, a longa e loira espiral das «farturas», tão amadas do alfacinha concorrente a estes regozijos extramuros. Dentro do barraco, um tosco balcão, rudes prateleiras e meia dúzia de mesas (quatro toros espetados no chão com umas tábuas pregadas) forradas a papel pardo, ilustrado a círculos de vinho e manchas de caldo entornado. Recusei o peixe espada frito, cujos méritos o tasqueiro me exaltava, do que peço desculpa aos amadores do petisco, pois reconheço ser tão desconforme esta confissão cá em Lisboa, como dizer alguém que detesta o comércio com o outro sexo. Preferi-lhe a ementa de um caldo de hortaliças, uns charrocos com fresquíssima salada e uma mancheia de cerejas. Vamos lá que a «pinga», por acaso pouco vulgar em casas desta laia, bebia-se sem desdouro da respeitável classe dos tendeiros de àquem-Tejo.

Fui-me depois, com sorna placidez, a dar um giro por aquele acampamento. Ainda estive, vai-não-vai, para fazer uma dúzia de rodopios num dos seis carroceis da feira-romaria, onde as muchachas davam gritinhos assustadiços e outras cascalhavam risinhos de troça. Cá fora, a gaiulagem, aproveitando a posição mais baixa, espreitava as gâmbias do cachopame perpassante. Mas desisti da ideia, considerando que tão movimentada diversão não seria compatível com a digestão pacífica dos charrocos.

Para me distrair e como etnógrafo que me é grato ser, estendi a palma a uma sórdida cigana, que trazia ao peito, pendente de fita ensebada, uma cambulhada de amuletos. Com ela me entretive cinco minutos, a ouvir-lhe a sedição lenga-lenga de imprevistas heranças, — sempre a história do tio da América — que me permitiriam o luxo de aventurosas viagens e palácios das Mil e Uma Noites. Para variar, teria preferido que esta profetiza vagabunda me anunciasse catástrofes arripantes, pavorosos apocalipses de fazer riçar os cabelos a um careca como eu. Nada disso, que, no entender da velha não lhe daria jus a uma espórtula que se visse. Vai então, despejava-me em cima uma cabazada de risonhas profecias que, a realizarem-se, fariam de mim o mais feliz dos pecadores.

Ao insistente bezoar do povaréu, entrecortado pelo grito dos barraqueiros aliciadores da transitória clientela, o chorincar das crianças, perdidas da família e os estoiros secos dos «torpedos», lá fui como pude furando através daquele mar de gente, empurrado p'ra aqui, remoinhando p'ra acolá, por entre as tendas de quinquilharias e o estendal de bugiangas que alastravam no chão por toda a parte.

— Tudo a dez tostões! A dez tostões! — gritam-me de repente, quase aos ouvidos.

Voltei-me e vi um grande lençol, estendido sobre uma grade de ripas, estrelado com flores de papel enfeitadas de penas verdes, sua quadrinha de pé quebrado presa à haste de arame. Reparo no vendedor, deveras pitoresco no imprevisto do arranjo indumentário — jaqueta voltada do avesso, camisa aberta, sua peitaça cabeluda a descoberto, velhas calças militares amarradas com uma correia e, na cabeça, uma chapelantana enfeitada de lustrosas penas de galo, de reflexos

metálicos, pendentes como as de um bersalher. Comprei duas daquelas amostras de uma demopsicologia graciosa na sua aliciante ingenuidade, para regalo a duas senhoras das minhas relações. Não resisto a transcrever as trovas apensas a estes simpáticos produtos da arte popular:

Agora mesmo este cravo
Comprei para te oferecer.
Aceita-o. É a promessa
De te amar até morrer.

Recebe, menina, este cravo
No chão o não deixes cair
Pois pode passar alguém
Apanhá-lo e depois fugir.

A primeira quadra é de feita banal e nua de interesse. Mas, na segunda, aquela história do cravo caído e logo por outrém apanhado, cá me fica a fazer cócegas no miolo. Lá sabia o vate anónimo que a mulher, quando não a interessa o homem que lhe arrasta a asa, tem em mínima conta os regalos que ele lhe faz.

Tem, por igual, seu chiste o caso do outro que apanha a flor... e se põe a andar. Acaso uma alusão aos que comem a isca e dizem adeus ao anzol? Segredos da simbólica popular...

Voltei a reintegrar-me na torrente do povoleu. Sempre levado, sem destino, nesse fluxo e refluxo humano, achei-me, não sei como, à porta da igreja da Senhora, templozinho de fábrica moderna, de uma só nave e arquitectura banal, como quase todos os templos dos povoados suburbanos. Suponho-o também obra tomazribeira, como os outros melhoramentos locais. Regorjitava de flores, que aos montões desbordavam dos altares e cascadeavam para o meio da igreja; mas, a esta hora, os devotos eram escassos, talvez porque, como disse, a festa profana sobreleva a religiosa, ou porque já se tinham escoado os empedcados que vieram implorar a amnistia divina.

Sai e dei volta à igreja para visitar, o que não fazia há muitos anos, a gruta da aparição, sobre que ela fora edificada. Uma «bicha» monstro — sempre as enfadonhas bichas! — esperava a sua vez de entrar, em prestações de seis pessoas, reguladas por um policia e um serventuário do templo, e a cada momento esta serpe humana se acrescia na cauda com novos concorrentes.

Desisti e fui-me a ver o parque, recinto agradável e mui frondejado de arvoredos, onde a custo logrei amesandar-me, para descanso de uns minutos, no parapeito do muro que cai sobre o rio, junto da ponte a cavaleiro. O local é, como digo, aprazível de frescura e paisagem, coisa invulgar nos aros lisboetas, que de ordinário, salvo um ou outro oásis, têm um ar de charneca, solitários de árvores e desenfiteados de florações aliciadoras de olhos afeitos, como os meus, à exuberância vegetal da bacia mondeguna. Lá em baixo, sobre as rochas e ervagens da beira da água, que ali corre ainda límpida, grupos alegres mastigavam, com vagares despreocupados, os farnéis trazidos de casa, com o predomínio usual do bolo de bacalhau.

Súbito, ouço grande algazarra e risota. Olho e reparo que um «salsa» qualquer, já cinquentão, em mangas de camisa, tenta atravessar o ribeiro, utilizando velhas poldras, delas já enterradas no lodo e cobertas pela levada, ou meio ocultas entre plantas aquáticas. Mas, atochado de vinho, pezadão e desequilibrado, vai saltando, aos tropos-galhopos, a querer firmar-se, até pôr um pé em falso. Estende um momento os braços, como que a agarrar algum apoio imaginário e... catrapuz! — cai desamparado na corrente. Acodem-lhe uns gaiatos, que saltam à água para o ajudarem a erguer-se; torna a cair, e não lhe fica fio enxuto no corpo. Só há um remédio: porém-no ao sol a secar, como lá nos meus sítios, os pescadores de Buarcos secam a arraia, sobre as muralhas esborcinadas da vila.

Bateram as oito e não tarda que subam da terra as primeiras sombras dum ocaso primaveril. Há que meter pés a Carnaxide; só ali conseguirei camioneta que me ponha em Algés. Moído, arrasado de nervos, desmoralizado pelo calor senegalesco daquela tarde deambulatória, lá vou ladeira acima, fazendo ao invés a caminhada de há horas, a lembrar-me do desencorajado queixume vergiliano *jubes renovare dolorem*.

A meio da encosta, já deserta dos vendedores que a ladeavam quando vim para a festa, parei, a olhar ao longe a colina que desce lá de cima, da linha recta da auto-estrada até abaixo, à ribeira. Coisa muito para ver-se. É um imenso tapete esmeraldino, de mais de um quilómetro de extensão, tufado de giestas floridas em largas manchas de oiro, a cuja sombra se abrigam grupos, que comem, bebem e garrulam, ou descansam estiraçados à sombra improvisada de colchas e lençóis adrede prezilhados na ramagem, refugidos das ardências soalheiras. Este ou aquele do grupo arranha sua guitarra ou violão, e algum se despeitora a gargantear seu fadinho ou canção em voga. Tudo aquilo tem um ar de quermesse holandesa, ou talvez daquelas romarias dos aros de Madrid, com que o mestre das *Majas* ensinou aos futuros como eram as folgas campestres da capital espanhola, nos dias de Fernando VII.

Em Carnaxide, a «bicha» dos que esperavam transporte para recolherem pela fresca ao «carinhoso lar», tornejava todo o largo central da povoação e ia perder-se numa ruela ao fundo. Era um caso sério. Quantas longas horas iria eu esperar, apenas com dois carros de transporte, que iam a Algés despejar aquela gentana e voltavam a encher?

Lá consegui por fim entrar — ufe! —, quando o motor do carro começava a resfolgar. Anoitecera. E enquanto do poente aurisóreo de há pouco mal se desprendia um vago claror, repassando as almas duma indefinível tristeza, a abóbada azul-ferrete deixava cair as primeiras gotas de oiro das estrelas sobre a paisagem adormecida.

Cardoso Martha.





A VOZ DA CIDADE

Poucos dos nossos leitores interessados pelas coisas de Lisboa, ignorarão que a Câmara Municipal, em colaboração com a Emissora Nacional, apresenta todos os sábados, pelas 21 horas e 45 minutos, um jornal radiofónico com o nome «A Voz da Cidade» no propósito de divulgar a história e os progressos de Lisboa e cuja montagem tem estado a cargo de Jorge Santos, e a transmissão feita ao microfone por Pedro Moutinho.

A fim de se avaliar do interesse e utilidade de semelhante iniciativa, damos em seguida um resumo dos temas que foram versados durante o trimestre a que este número da *Revista* respeita, todos destinados a dar a conhecer a grandeza de Lisboa e os propósitos construtivos da sua Ex.^{ma} Câmara Municipal.

PROGRAMAS DO MÊS DE ABRIL

Dia 4

— *Edital* — Referiu-se com elogiosa apreciação aos trabalhos dos calceteiros da Câmara Municipal, nos empedrados de diversos arruamentos de Lisboa.

— *Em pequenas coisas para uma obra grande* — Aludiu a diversas realizações do Município.

— *Maravilhas de engenharia* — Fez a descrição do Aqueduto das Águas Livres.

— *Em o Metropolitano de Lisboa* — Falou do sistema de trabalho para a construção do Metropolitano.

— *As Portas da Rua Deserta* — Evocação jornalística das portas de Santo Antão.

Dia 11

— *Edital* — Enalteceu os cuidados que o público de Lisboa e as entidades oficiais dedicam à cidade, no sentido de a tornar uma das mais atraentes do mundo.

— *Na Sala dos Vereadores* — Referiu-se à reunião pública do Município.

— *Monumentos de Lisboa* — Descreveu a Igreja e Convento da Madre de Deus em Xabregas.

— *Notícias da Cidade* — Registou vários acontecimentos municipais, como a exposição da Estufa Fria, aquisição de prédios, etc.

— *Em Lisboa dos nossos dias* — Aludiu a diversas obras em vias de execução.

— *Em História dos Bairros* — Fez a descrição do Bairro de Campo de Ourique.

Dia 18

— *Edital* — Sobre a preocupação do Município de valorizar a cidade em todos os sectores.

— *São Vicente, padroeiro da Cidade* — Reportagem sobre São Vicente, o patrono da Cidade, que vai ter uma estátua em Lisboa.

— *Poesia de Lisboa* — Refere-se à poesia da Cidade, citando alguns versos de João Patrício.

— *Todos devem ajudar* — Solicita a cooperação da população para as medidas profiláticas indicadas e mantidas pelos serviços municipais.

— *O Monte de S. Gens* — Descrição deste belo miradouro da Cidade.

Dia 25

— *Edital* — Sobre a situação geográfica privilegiada de Lisboa.

— *Responda a estas perguntas...* — Inquérito aos lisboetas sobre determinados assuntos.

— *A Voz da Cidade acusa* — Chama a atenção para os perigos de trânsito nas ruas da Cidade.

— *Aquarelas da Cidade* — Descrição do Castelo de Picão.

PROGRAMAS DO MÊS DE MAIO

Dia 9

— *Edital* — Referente ao belo espectáculo da procissão da Senhora da Saúde.

— *Ação Cultural do Município* — Focou a projecção da acção cultural da Câmara, da *Revista Municipal* e de outras publicações.

— *Lá Vai Lisboa* — Descrição das marchas de Lisboa com reprodução de diversos trechos musicais.

— *Monumentos de Lisboa* — Prosseguimento da descrição de visitas feitas a diversos monumentos. Esta rubrica tratou, em especial, do Convento da Encarnação.

— *As Damas e os Loios* — Curiosa evocação do sítio dos Loios e da Rua das Damas.

Dia 16

— «A Voz de Lisboa» referiu-se especialmente à *Cidade dos nossos dias e do futuro* — Alusão a diversas obras realizadas e em projecto.

— *Jardins e Monumentos de Lisboa* — Curioso depoimento de Nogueira de Brito, sobre a Tapada das Necessidades.

- *Edital* — Notícias diversas sobre o Congresso da Câmara de Comércio Internacional.
- *Reunião da Vereação da Cidade* — Extracto dos assuntos discutidos em reunião pública, sendo evocada, com especial relevo, a figura do Senhor Marechal Carmona, por ser esta a primeira reunião da Câmara, após o seu falecimento.

Dia 23

- *Edital* — Respeitante aos encantos de Lisboa nos meses de Verão.
- *Problemas da Cidade* — Tratou dos estudos de urbanização realizados pela Câmara, especialmente do «Plano da Baixa».
- *Versos para Lisboa* — Da autoria de «António de Lisboa», sobre os folguedos do povo.
- *Concertos de Verão* — Nota sobre os Concertos no Pavilhão dos Desportos e na Estufa Fria.
- *A Ermida de Santo Amaro* — Evocação.

PROGRAMAS DO MÊS DE JUNHO

Dia 2

- *Edital* — Descrição da Praça do Império onde se efectuou a exposição das actividades industriais portuguesas.
- *Números à volta dos nossos Jardins* — Balanço de despesas, de árvores colocadas, conservação, etc., em Lisboa.
- *Em Louvor dos Santos de Junho* — Focou especialmente o êxito obtido com a ideia lançada pelo «Voz da Cidade», sobre um concurso de quadras populares.
- *Uma Luz no Templo* — Evocação da Sé de Lisboa.

Dia 9

- *Edital* — Sobre a Exposição feita pelo Presidente da Câmara acerca dos projectos da edilidade, quanto aos problemas do Parque Eduardo VII.
- *O Coroamento da Avenida da Liberdade* — Registo dos assuntos principais focados na entrevista dada pelo Tenente-Coronel Salvação Barreto, presidente da C. M. L., no *Diário de Notícias*.
- *Em Louvor de Santo António* — Descrição do concurso dos tronos a Santo António, e transmissão de algumas quadras enviadas à «Voz da Cidade», tais como:

Há fogueiras. E ao redor
Bailes ao som do harmónio.
— Não há maneira melhor
de festejar Santo António!

e outra

Santo António no altar
Tem sempre velas a arder
Tu, se estás a namorar
Estás-te todo a derreter.

- *As Peças de Ormuz* — Evocação sobre as peças existentes no Museu Militar.

Dia 16

— *Edital* — Sobre a Torre de Belém.

— *Acontecimentos Municipais* — Descrição das evocações e festividades que assinalaram a semana finda.

— *Tronos a Santo António* — Referência ao espectáculo memorável do concurso dos Tronos a Santo António, promovido pela Câmara entre as crianças de Lisboa.

— *Prémio Municipal Júlio César Machado* — Informou das condições e transcreveu o regulamento aprovado.

— *São Pedro de Alcântara* — Descrição do belo miradouro e das vistas que do local se disfrutam.

Dia 23

— *Edital* — Referiu-se ao cortejo dos Santos Populares que se realizou no sábado seguinte.

— *O Município de Lisboa apreciou problemas de interesse cidadão* — Descrição sumária da reunião pública da C. M. L.

— *As Festas Populares de Junho* — Transcrição de algumas quadras a S. João e S. Pedro, pelos ouvintes da «Voz da Cidade»:

Lágrimas de namorados!
eis afinal o que são
as bonitas orvalhadas
nas noites de São João!

São Pedro de porta aberta
Com tuas chaves de ferro,
Vê se abres meu coração
Que já está um pouco perro...

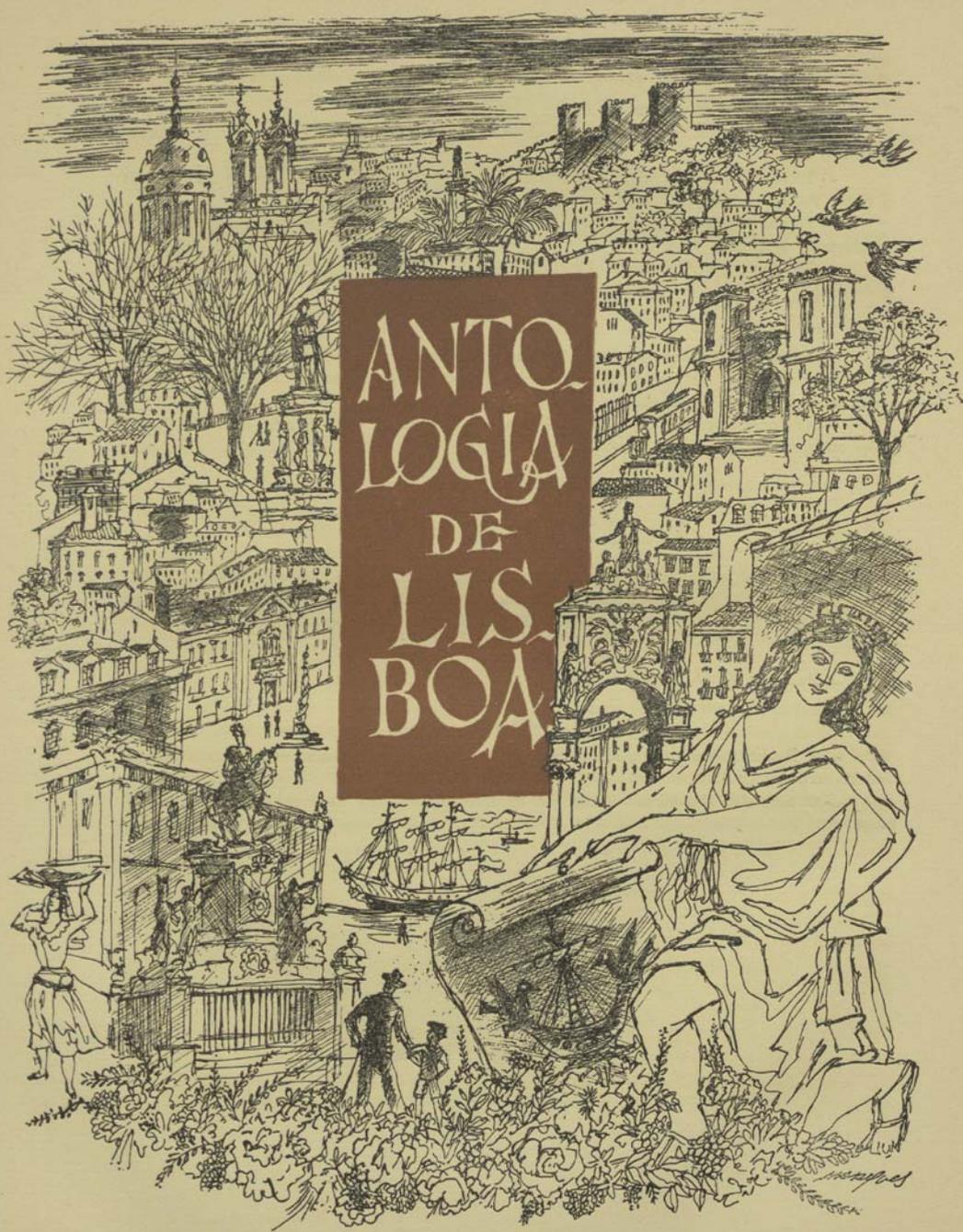
— *As Casas de São Miguel* — Descrição do Largo de S. Miguel.

Dia 30

— *A Revista Municipal e o seu último número* — Referência ao número correspondente ao terceiro trimestre de 1950.

— *O Sítio das Amoreiras* — Descrição da Ermida de Nossa Senhora de Monserrate, da praça, etc.





ANTO
LOGIA
DE
LIS
BOA

A FAÇANHA DE MARTIM MONIZ

I

Toda a gente sabe que, para Herculano, a célebre façanha de Martim Moniz, por ocasião da tomada de Lisboa por D. Afonso I, não passa de lenda infantil.

Aludindo a essa façanha e a outras particularidades do mesmo momento, o douto historiador escreveu: «Todas estas circunstâncias têm parecenças de família com as mais fábulas que deturpam a nossa história. Nenhum escritor ou documento contemporâneo alude a semelhantes sucessos e nos mesmos sucessos está a sua refutação... A façanha de Martim Moniz não tem melhor abonador que uma frase vaga do *Nobiliário*, atribuído ao conde D. Pedro (Tit. 53), Babel de quantos contos absurdos se foram forjando durante a Idade Média, do fim da qual data o mais antigo manuscrito completo que dele possuímos» (*Hist. de Port.*, I pág. 531).

Efectivamente o *Nobiliário* não é grande fonte «... e D. Martim Moniz, o que mataram os mouros em Lisboa na porta que chamam de Martim Moniz...» (*Port. Mon. Hist.*, Scriptores, I, pág. 354).

Nos acontecimentos puramente tradicionais há dois aspectos a considerar: o seu fundamento e a sua possibilidade.

Para este de Martim Moniz, Herculano não lhe encontrou outro fundamento além da indicação vaga do *Nobiliário* e, logicamente, rejeitou-o; por outro lado, das circunstâncias topográficas concluiu a sua inverosimilhança.

Júlio de Castilho, no 2.º volume da *Lisboa Antiga* (bairros orientais), tenta destruir o negativismo de Herculano (Capítulo XIX). Faz considerações meramente subjectivas aceitáveis, mas nada demonstrativas.

De facto nós não podemos dar como indiscutivelmente falsos todos os informes do *Nobiliário* — amontoado de coisas certas e coisas inventadas. Aquelas que se encontram apenas aí podemos pô-las de remissa, até ver. Mas nada se opõe a que elas sejam fruto de tradição segura, de que se perdeu a fonte documental.

Quanto à inverosimilhança decretada por Herculano, Júlio de Castilho formula objecções dignas de estudo.

Estava a questão nesse pé, quando saiu a 2.ª edição da *Lisboa Antiga*, benemeritamente anotada pelo sr. eng. Augusto Vieira da Silva.

No fim das considerações do 2.º visconde de Castilho, a pág. 196, o distinto anotador coloca uma informação preciosa.

Por ela ficamos a saber que o sr. director da Biblioteca Nacional de Lisboa, tenente-coronel A. B. da Costa Veiga, chamou a atenção do sr. eng. Vieira da Silva para certo apontamento exarado no códice de Alcobaça n.º 127 (n.º 140 do índice da Biblioteca), que o levou a escrever isto:

«Um vestígio documental da antiguidade da denominação da Porta de Martim Moniz, e por conseguinte indicativo de que a tradição tem visos de se apoiar nalgum facto de que fosse protagonista ou herói o referido Martim Moniz, consta de um apontamento manuscrito de Fr. Francisco Brandão, que consiste no extracto de uma ementa do Tombo de Santa Cruz do Castelo, relativo a uma escritura datada de 8 das calendas de Maio de 1258 (A. D.), onde se trata de um ferregial e um figueiral à porta de Martim Moniz; esta referência é, portanto, posterior 111 anos à conquista de Lisboa».

Tanto no vol. III da *Lisboa Antiga* (pág 44), como em *O Castelo de S. Jorge em Lisboa* (pág. 90), o sr. eng. Vieira da Silva não vai além do que escreveu na nota do vol. II da *Lisboa Antiga* e que reproduzi.

Tive a fortuna feliz de encontrar um dos originais da escritura de 8 das calendas de Maio de 1258, alegada no apontamento do códice 127 de Alcobça.

Trata-se de pergaminho (23,5 x 15,5) admiravelmente conservado, metade de outro que ignoro o destino. Como nele se lê, tinham-se feito duas cartas, divididas por alfabeto. Este pergaminho apresenta na orla superior, denticulada ou indentada, 15 letras, desde A a P, ou melhor, metade dessas 15 letras, tendo ido a outra no exemplar perdido.

Um deles destinava-se a ficar nas mãos de um dos contratantes, o vigário Pedro Anes e os clérigos da igreja de Santa Cruz de Lisboa; o outro ia para os contratantes Vicente Vivas e sua mulher, D. Sancha.

Presumo que este pergaminho que estou a descrever é o da Igreja de Santa Cruz.

A composição que liga as duas partes, e está exarada no pergaminho, dizia respeito ao «*ficulneto et ferragenali que jacent suptus portam Civitatis ulixbonensis que dicitur Martini munionis ad dexteram partem*».

No códice 127 de Alcobça, fala-se de «*ferregial e figoeiral*».

Se há certa impressão sobre o que fosse o primeiro (basta comparar o que ensinam Santa Rosa de Viterbo e Du Cange), gostava de saber como é que o *ficulneto* dá *figueiral*. É *ficulnetum*, *i*, ou *ficulnetus*, *i*?

Como se vê, em 1258 já uma das portas da cidade se chamava porta de Martim Moniz. Quer dizer que o nome já vinha de trás.

Não foi nesse ano que tal denominação se criou. O sentido do texto é evidente, «*portam civitatis ulixbonensis que dicitur Martini Munionis*» — porta da cidade de Lisboa a que chamam de Martim Moniz. Em 1258, ou seja 111 anos depois da conquista de Lisboa, já era tradicional o feito de Martim Moniz, e tanto que era precisamente a uma das portas da cidade que o vulgo dava o seu nome. O *Nobiliário* não inventou; não acolheu uma lenda sem fundamento; captou uma tradição que já tinha mais de dois séculos e de que há, não simples vestígio documental, mas prova positiva, desde o meio do século XIII.

Em 1258, não digo que houvesse muita gente coeva do sucesso. Mas se repararmos em que nessa data já a determinada porta da cidade se chamava de Martim Moniz, é mais do que natural que tal designação tivesse sido formada em vida de muitos que foram testemunhas da conquista de Lisboa.

Na pior das hipóteses, ele ter-se-ia revelado na geração que sucedeu à dos conquistadores e mercê dos informes prestados por estes.

Herculano, não encontrando mais notícias do facto, além da que nos dá o *Nobiliário*, arredou-o como invencionice. Estava na razão, dentro do rigor científico do seu método.

Se tivesse tido a ventura de encontrar o documento que tenho o gosto de levar ao conhecimento do público, outro teria sido o seu juízo.

Parece-me que não me meto em trabalhos, proclamando que o feito de Martim Moniz é um facto histórico, pois não há explicação para a circunstância de já ser tradicional dar-se a uma das portas da cidade, quando muito um século depois da conquista de Lisboa, o nome de porta de Martim Moniz.

O documento tem ainda importância por nos aproximar da data precisa da morte do bispo D. Aires.

Fortunado de Almeida (*Hist. da Igreja em Portugal*, I, pág. 630) escreve, repetindo, que «*falleceo em 1258*».

António Brandão (*Mons. Lusit.*, IV parte, fls. 184 v.) diz que o bispo D. Aires morreu no «anno de mil & duzentos & sincoenta e nove, porq. em o seguinte de mil & duzentos & sessenta confirma já nas escripturas como Bispo eleito seu successor D. Matheus».

Pelo nosso documento ficamos a saber que em 24 de Abril de 1258 ainda era vivo o bispo D. Aires. E como no foral de Estremoz, de 22 de Dezembro deste mesmo ano (*Port. Mon. Hist.*, Leges, I, pág. 679), aparece como confirmante «Magister Matheus Electus Vlixbonensis», conclui-se que D. Aires faleceu depois de 24 de Abril e antes de 22 de Dezembro de 1258.

Esta conclusão conjuga-se com as informações do livro de óbitos de S. Vicente («7 idus Octob. aera 1296 obiit domnus Ayrias Valasci ulixbonens episcopus familiaris Sancti Vincentij») e do calendário da Sé de Lisboa («3 idus Octob. obiit domnus Alvarus Valascus ulixbonens episcopus, qui iacet in monasterio S. Vincentii extra muros aera 1296») — uma e outra publicadas por D. Rodrigo da Cunha (*Hist. Eccles. da Igreja de Lisboa*, parte II, cap. XVII, § 3).

Segue-se o documento:

«Nouerint uniuersi presentes litteras inspecturj quad cum inter Petrum Johannis vicarium et clericos ecclesie sancte crucis vlixbonensis ex una parte et vinctiunt uiuacis et uxorem ejus donam Sanciam super ficulneto et ferragenalj que iacent suptis portam Ciuitatis vlixbonensis que dicitur Martini munionis ad dexteram partem que ficulnetum et ferragenale inter uiuos dicti vinctiunt uiuacis et uxor ejus donauerant ecclesie supradicte questio uerteretur talis inter eos compositio intercessit uidelicet quod dicti V. uiuacis et uxor eius in vita sua teneant et usum fructum possideant ipsorum ficulnetj et ferragenalis et in quolibet anno clericis eiusdem ecclesie pro anniuersario patris et matris dictj V. uiuacis dum ipse unius fuerit duos marabitos portugalie monete soluant et post obitum eorum. scilicet. V. uiuacis et uxoris recta uia et sine aliqua contradictione predictam ficulnetum et ferragenale clericis predictae ecclesie reuertantur et pro ipso V. uiuacis aniuersarium annuatim facere teneantur Ita tamen quod si dicti clerici uoluerint locare dictam ficulnetum et ferragenale alijs preter clericos dicte ecclesie tantum pro tanto teneantur propinquiorum V. uiuacis si ipsa ficulnetum et ferragenale petierint locare In cujos rei testimonium fecerunt fieri duas cartas per alphabetum diuisas quarum una remaneat penes clericos et altera penes V. uiuacis et uxorem eius et ut carte predictae maiorem obtineant firmitudinem easdem sigillo venerabilis patris domini. A. vlixbonensis Episcopi fecerunt communiri. Acta sunt hec vlixbone in palatio domini vlixbonensis episcopi viij^o kalendas Madij: Anno domini M^o C. C.^a L.^o VIII.^o. Qui presentes fuerunt — (1.^a col.) Johannes gunsaluy clericus episcopi ts — Bartholomeus fernandj scriptor episcopi ts. — Stephanus petri presbiter clericus episcopi ts. — (2.^a col.) Vincencjus martinj portionarius predictae ecclesie sancte crucis ts. — Egidius gunsaluj presbiter ts. — Gunsaluus suerij laicus ts. — (3.^a col.) Egidius uincencij laicus ts. — Martinus gunsaluj homo episcopi ts. — Johannes de gomariz ts.» (Torre do Tombo, *Suplemento à Colecção especial*, Documentos de St.^a Cruz, doc. n.^o 1).

II

Mas nem só este documento fundamenta a tradição da façanha célebre que Herculano contradictou, por não ter encontrado melhor abonador para ela do que o *Nobiliário*.

Cinquenta e cinco anos depois de 1258, data do primeiro documento, ou seja passados cento e sessenta e seis anos sobre a tomada de Lisboa, o Bispo desta cidade, D. João Martins de Soalhães, doa três morabitos por ano aos clérigos porcionários da Igreja de Santa Cruz de Lisboa, — importância essa que ele tem de casas situadas «propter portam Martinj dicti Monit...».

Se em 1258, cento e onze anos depois da conquista de Lisboa, há dois locais que ficam abaixo ⁽¹⁾ «portam ciuitatis vlixbonensis qui dicitur martini munionis», fica provada, nesta altura, a existência da porta de Martim Moniz, e confirmada a tradição quase coeva do feito que o celebrou.

A tradição não se perdeu, porque cinquenta e cinco anos depois, outro documento alude à «portam martinj dicti monit».

Desta forma, desde o acto heróico de 1147, até à época em que foi elaborado o *Nobiliário* que deu guarida a lendas absurdas e a tradições fundamentadas, há dois marcos indiscutíveis e de valor histórico indisputável, a garantir a sua existência.

São convergentes as fontes, e portanto há que aceitar como provado o facto, em si, embora desconheçamos os pormenores, por outra via que não seja a do *Nobiliário*.

Mas tudo leva a crer que a informação que este dá corresponde à realidade.

O novo documento, inédito até agora, é de pergaminho (19,5 x 15,8), está magnificamente conservado, e veio para a Torre do Tombo, como já sucedera com o primeiro, no meio de muitos outros que estavam em Santarém.

Não tem selo, mas conserva ainda os furos por onde passaram os fios que o prendiam.

É indiscutivelmente o original. A letra é a letra típica dos fins do século XIII e princípios do século XIV — o gótico minúsculo diplomático de alguns paleógrafos.

Segue o documento:

«In nomine dominj amen. Pateat uniuersis tan presentibus quam futuris quod nos Johannes diuina miseratione vlixbonensis Episcopus damus concedimus et assignamus Clericis portionarijs nostre Ecclesie sancte Cruxis vlixbonensis tres marabitos usualis monete Portugalensis annuatium habendos et perpetuo possidendos quos nos habere debemus et habere consueuimus in domibus sitis propter portam Martinj dicti monit et contiguas nostro uiridario eiusdem loci quas domos olim tenebat et habebat in feudum siue perpetuam locationem Dominicus fernandj quondam portionarius predictae Ecclesie a dono domino dominico quondam Episcopo vlixbonensi predecesore nostro cum quibusdam conditionibus que in quadam sua litera plenius continetur com quibus conditionibus et clausulis nos eas predictis clericis concedimus et assignamus tali pacto quod supradictj celebrent annuatim in vicesima nona die Mensis Julij bene et honorifice aniuersarium pro anima donnj Johannis petri de Alpram olim Canonicj vlixbonensis qui nobis in testamento suo legauit domos suas proprias que sunt site in epimienio prope Castellum In cuius Rej testimonium has patentes literas sigillo nostro munitas eisdem porcionarijs dependentj duximus concedendas. Data vlixbone vicesima octaua die Mensis Julij. Era M.^a C. C. ^a Quinquagesima prima».

(Torre do Tombo, *Sup. à C. E.*, Documentos de Santa Cruz, n.º 22).

§ 1.º

A história publicada dos primórdios da igreja de Santa Cruz escreve-se na unha dum dedo, tão escassos são elementos que sobre ela se possuem e conhecem.

O visconde de Castilho ensina com toda a honestidade: «Pouquissimo conheço da história desta caza» (*Lisboa Antiga*, IV, pág. 20).

D. Rodrigo da Cunha alude a uma confirmação de doação de D. Gilberto de 1 de Janeiro de 1150, feita por D. Alvaro, sucessor imediato deste Bispo, na Sé de Lisboa, em 1168, em que

(1) Traduzo *Suptus* por *abaixo*; mas o certo é que Du Cange nos dá um texto em que *Subtus* se tem de traduzir por *acima*, e ele assim o traduz: «*Subtus* por *Super*, Gall. *Dessus*». Trata-se de texto dos meados do século XIV.

se dão já existentes as igrejas de S. Jorge, Santa Cruz, S. Bartolomeu e S. Martinho (*Hist. eccl. de Lisboa*, parte II, cap. 7, pág. 78, § 4). Mas não transcreve a confirmação, nem diz onde ela estava quando se lhe referiu.

E da igreja de Santa Cruz do Castelo naquela época nada mais se sabe ⁽¹⁾. Todos que se lhe têm referido não fazem mais do que repetir a informação vaga de D. Rodrigo da Cunha.

Não sei se é autêntico o concílio diocesano de Lisboa, de 1191; se é autêntico, parece que já então Santa Cruz era igreja colegiada.

É bem possível que assim tivessem sido, dado que, nessa época, havia colegiadas por toda a parte.

Como se sabe, há *capítulo e colegiada*, distinguindo-se as duas instituições pela entidade que a elas presidia: no Capítulo, presidia o Ordinário da Diocese; na Colegiada, presidia o pároco da freguesia, sob o nome de *Prior* ou *Prepósito*.

Tanto o Cabido como a Colegiada implicam a vida em comum dos clérigos.

Era, em 1191, igreja colegiada, a igreja de Santa Cruz do Castelo?

Talvez.

No nosso documento de 1313, o Bispo D. João chamava-lhe *nostra ecclesia sancte crucis ulixbonensis*.

Isto não esclarece nada, porque todas as igrejas da Diocese eram suas igrejas.

Mas o doador a quem beneficia com os três morabiti nos anuais? Aos «clericis portionariis» da dita igreja.

É muito imprecisa a noção do que tivesse sido a *portionarius*.

Du Cange ensina que os *porcionários* «dicti Beneficiati in Ecclesiis cathedralibus» (*Glossarium*, s. v.). E o que acrescenta é referente ao Cabido, pois que só das igrejas catedrais trata.

Nada se opõe a que a Igreja de Santa Cruz do Castelo tivesse sido uma das muitas onde havia colégios de clérigos, não nos sendo agora facultado entrar na averiguação de se tinha ou não insignidade.

Que nas Catedrais havia, em situação inferior à dos Cónegos, os Porcionários, não resta dúvida. Basta percorrer a lista extensa dos documentos invocados no *Discurso a favor do Cabido da Catedral de Coimbra*, e que formam parte das *Provas* alegadas no texto.

Dos documentos aí trazidos à barra, colhe-se que havia na Catedral, três ordens: *Cónegos, Porcionários ou Raçoeiros e Capelães*.

Está muito bem. Mas então ou havia Porcionários nas igrejas colegiadas, quer dizer, não-catedrais, como se deduz dos documentos, ou a igreja de Santa Cruz do Castelo teria que ser igreja catedral.

(1) Nos Documentos de St.^a Cruz, quasi seis centenas deles, ora arquivados na Torre do Tombo, há matéria que farte para quem quizer fazer a história da igreja, a partir de 1258.

Dentro do período que me interessa, até 1313, averigui que quem dirigia a Colegiada era um Vigário perpétuo: João Anes «dicto cabalarío Vigario perpetuo prenominate ecclesie» (doc. de 7 de Maio de 1280). Este João Anes manteve-se no cargo até 13 de Novembro de 1316, pelo menos, porque nesta data, encontro «Affonso Perez vigairo perpetuum da Egreja de St.^a Cruz de Lisboa...».

Em 8 de Setembro de 1332, encontro «Affonso Fernandez vigayro perpetuo».

Em documento de 17 de Abril do mesmo ano de 1280, é «freguesia de Sancta Cruz de Lisboa».

Nesses documentos, sentenças, contratos, testamentos, passa a vida civil da freguesia, com seus moradores, seus Prelados, seus clérigos, suas transacções, sua toponímia, etc.

Indico aos ulissipófilos este manancial, para que o explorem devidamente. O primeiro documento é, como disse, de 1258. O último é de 23 de Junho de 1569; são ao todo, 549 documentos.

Por esses documentos até se vê que Lisboa se chamava «vila», nalgum deles.

Nos séculos XII e XIII, os cónegos já constituíam uma classe aparte; e os Porcionários não eram mais do que substitutos dos cónegos, «cum plena... ad ipsos canonicos subjectione».

Que era então o *clericus portionarius* do documento de 1313 e doutros? Só gosto de me pronunciar, firmando em português.

E para classificar a igreja de Santa Cruz nos começos do século XIV, não tenho o mais pequeno elemento, porque em que consiste o *clericus portionarius* dos documentos é problema que escapa aos meus esforços de o resolver.

Vê-se que o porcionário é uma categoria relativa, dentro do Capítulo da catedral. Que é ele na orgânica de uma simples igreja colegiada? Quem lhe era superior? A quem substituiu ele? E a quem obedecia ele?

Mas pode ser que a igreja de Santa Cruz do Castelo, não sendo catedral, tivesse cónegos, como a colegiada de S. Martinho de Cedofeita, no Porto, a de S. João de Almedina, em Coimbra, a de Santa Maria de Marvila, em Santarém, etc.

A que regra pertenceriam esses cónegos?

O que é certo é que a igreja de Santa Cruz de Castelo tinha clérigos porcionários, porque o Bispo dá os três morabitinos anuais «clericis portionarijs nostre ecclesie sancte crucis ulixbonensis». E no primeiro documento atrás transcrito, entre as testemunhas, há um «Vincencius martinj portionarius ecclesie sancte crucis». Em documento de 31 de Outubro de 1324, fala-se em «clrigos perpetuos Raçoeyros e residentes em Egreja de Santa Cruz da cidade de Lisboa...».

§ 2.º

O doador é «Johannes divina miseratione ulixbonensis Episcopus»; declara ele que as casas situadas ao pé da porta de Martim Moniz as tivera, em feudo, certo Domingos Fernandes antigo porcionário da mesma igreja, de D. Domingos antigo Bispo de Lisboa, e predecessor dele doador.

A cronologia episcopal de Lisboa dá, em 1313, como Bispo desta cidade, a D. João de Soalhães que sucedeu a D. Domingos Jarde.

Fortunado de Almeida ensina (*Hist. da Igreja em Portugal*, I, pág. 630) que D. João Martins de Soalhães «foi transferido para a Sé de Braga em 1312».

Um escritor português, muito perito em copiar os outros, sem pedir licença, o P.º Miguel de Oliveira (*Hist. eclesiástica de Portugal*, pág. 394, 2.ª col.) reproduz o erro de Fortunado de Almeida. Ora entre a obra deste ilustre historiador e a do seu famoso papagaio, passaram-se trinta anos, durante os quais se publicaram os *Fastos episcopais da Igreja Primacial de Braga*, de Mons. José Augusto Ferreira. Este douto historiador cita a Bula *Celestis dispositione* de 8 de Outubro de 1313, em que Clemente V confia a Sé de Braga a D. João Martins de Soalhães (vol. II, pág. 114).

O meu documento mostra que D. João de Soalhães ainda era Bispo de Lisboa em 28 de Julho de 1313.

É claro que se nesta data ainda D. João era Bispo de Lisboa, o seu sucessor D. Fr. Estevam não podia ter começado em 1312 a episcopar Lisboa, como pretende o decantado P.º Miguel de Oliveira, no seu catálogo que não é mais do que a cópia inconsciente de trabalho alheio.

De resto, já D. Rodrigo da Cunha, há quatro séculos, escrevera que «até o ano de 1313 em que morreu o Arcebispo de Braga D. Martinho, regeu D. João a cadeira episcopal de Lisboa» (*Hist. eccl. dos Arcebispos de Braga*, 2.ª parte, capítulo 41, § 5). E acrescenta que em 3 de Agosto desse ano, ainda não tinha obtido a confirmação apostólica, pois nessa data se apresentava como Arcebispo eleito.

Tenho as minhas dúvidas sobre a autenticidade do documento invocado por D. Rodrigo da Cunha, a não ser que se me prove que a eleição de D. João para a Sé de Braga, se efectuou

entre 28 de Julho e 3 de Agosto. Ora Monsenhor Ferreira (*loc. cit.* pág. 115) informa de que «D. João Martins de Soalhães foi transferido... directamente de Lisboa para Braga pelo Papa Clemente V, sem intervenção do Cabido bracarense» (1).

Se o Cabido o não elegeu, como se podia ele afirmar, em 3 de Agosto, Arcebispo eleito?

Fiquemos nisto: em 28 de Julho de 1313, ainda era Bispo de Lisboa; em 8 de Outubro, era nomeado pelo Papa, Arcebispo de Braga.

§ 3.º

O documento fala nas casas que ficam ao pé da porta de Martim Moniz «et contiguus nostro uiridario eiusdem loci».

A tradução desta localização oferece-me dificuldades.

Como hei-de traduzir *viridario*? jardim, campo, horta, prado? cemitério?

Podia escapar-me pela frecha do aportuguesamento da palavra; mas com isso apenas endossava a outrem a dificuldade.

Du Cange dá-me o significado de *ager*, equivalente a ferrago: «in ferragine quoque quæ viridarium dicitur...».

Sendo assim, o *viridario* de 1313 seria o *ferregial* de 1211. Mas sabe a gente ao certo o que é o *ferregial*?

O mesmo glossarista dá-me o significado de *cemitério*: «coemeterium Monasterii promonachis (seu atrium quod cingunt claustris porticus in Monasteriis, vulgo *le Preau*)».

Não me dá significado nenhum, quando me transcreve este texto: «Episcopus cum sua comitiva merendavit in quodam *Viredario* dicte ecclesie» (s. v. *Viredarium*).

Diefenbach (*Glossarium latino-Germanicum media et infimæ*) traduz *wurcz-garte... grass-hoff*, o que me deixa na mesma.

A multiplicidade dos significados já vem do latim clássico. E o nosso Bento Pereira, em sua *Prosodia*, traduz: *jardim, pomar, quinta, lugar de arvoredo, etc.*

E Santos Saraiva, a traduzir Quincherat, dá: «logar plantado de árvores, arvoredo, bosque, boscaçagem, jardim, vergel. Sepultura (de baixo de arvoredo)».

Assim quando leio em Suetónio: «Militem prætorianum ob subreptum e viridario paonem capite puniit» (*Tiberius*, cap. 60, § 2), não sei bem onde estava o pavão roubado pelo soldado pretoriano.

A despeito destas imprecisões, tenho uma vaga ideia do que possa ou deva ser o *viridario*.

Onde estou completamente a zero é quando leio no documento que certas casas, legadas ao Bispo, pelo Cónego João Peres, «sunt site in epimenio prope Castellum».

Que é este *epimenium* (ou *epimenius*?) que fica perto do Castelo?

Conheço o grecismo *epimenius*, a, um gr. *epiménios*. Conheço o *epiménia, orum* que anda na sátira VII de Juvenal.

(1) Em documento de 29 de Dezembro de 1314, D. Fr. Estevam, pela mercê de Deus Bispo de Lisboa, profere sentença em litígio entre os clérigos de St.ª Cruz e Maria Pais, filha de Pai Garcia, aludindo ao seu «antecessor o Bispo don Johane que era he Electo de Braga» (T. do Tombo, *Suplemento à Colecção Especial*, Documentos de St.ª Cruz, n.º 24).

Isto contradiz a informação de Monsenhor Ferreira de que D. João fora nomeado directamente pelo Pontífice, e faz-me pôr em dúvida a autenticidade da Bula *Celestis dispositione*.

Então Fr. Estevam, sucessor de D. João, na Sé de Lisboa, não havia de saber, em 29 de Dezembro de 1314, que D. João fora nomeado em Outubro de 1313, Arcebispo de Braga, pelo Pontífice, e consequentemente, não podia ser, naquela data, Arcebispo Eleito de Braga?

O primeiro é o adjectivo *mensal*; o segundo traduzir-se-á por presentes que se dão aos meses — ou escamoteia-se, como em algumas versões.

O adjectivo só o vejo no nosso Bento Pereira. Nem Quicherat, nem Benoist Goelzer, nem Calepino, nem o sr. Francisco Torrinha, nem Vossio o averbaram.

O substantivo plural *epiménia*, que corresponde igualmente ao grego *epiménia*, tem significado estrito, e anda em qualquer dicionário. Em grego, traduz-se por sacrifícios mensais, honras mensais, como as que se prestavam à serpente de que fala Herodoto (liv. VIII, cap. 41).

Du Cange, ao mesmo tempo que dá, na palavra *Epiménium*, uma noção que não se afasta do já dito, apresenta como equivalentes do termo — *senia* ou *xenia* ou *exenia*. E quando fala deste último vocábulo, ensina que é o mesmo que *Xenium* — «munus, donum oblatio, atque adeo quaevis praestatio vel tributum sub nomine doni», e lembra certo Glossário onde se diz: «*Xenion, Hospitale*, unde *Latim. Exenium*».

O *Xenion* é o adjectivo *Xenios, a, on*, hospitaleiro.

E nada disto pode ter, nem de perto nem de longe, com o *epiménio* do documento: «*quae sunt site in epimento prope Castellum*».

§ 4.º

Herculano escreveu, um dia: «a palavra *Feudum, Feodum*, não aparece em nenhum documento, nem nas leis, nem nas memórias históricas, de Leão e de Portugal, desde a constituição do feudalismo no século x até à sua degeneração nos séculos XIII-XIV» (*Opúsculos*, V, pág. 304).

Neste nosso documento dos começos do século XIV, o Bispo de Lisboa diz que as casas sitas ao pé da porta de Martim Moniz tinham sido dadas a Domingos Fernandes, porcionário de Santa Cruz, «*in feudum siue perpetuam locationem*».

Raynaldo definira feudo: «*benevola, libera, et perpetua concessio rei immobilis, vel æquivalentis cum translatione utilis domini proprietata retenta, sub fidelitate et exhibitione servitorum*» (apud Silva Ferrão, *Reportório comentado sobre Forais e Doações Régias*, I, pág. 141, nota).

O Feudo podia ser nobre ou não nobre — aquilo a que os Doutores chamavam *feudo rústico burgense*.

Este feudo ou locação perpétua a que se refere o documento de 1313 será desta última espécie?

Vejo em Mayer (*Hist. de las inst. sociales y políticas de España y Portugal durante los siglos v a viv*, tomo I, pág. 221) este texto: «*feodum, quod in hispania parestimonium vocant*».

Locação perpétua ou Feudo. Feudo ou prestimonio.

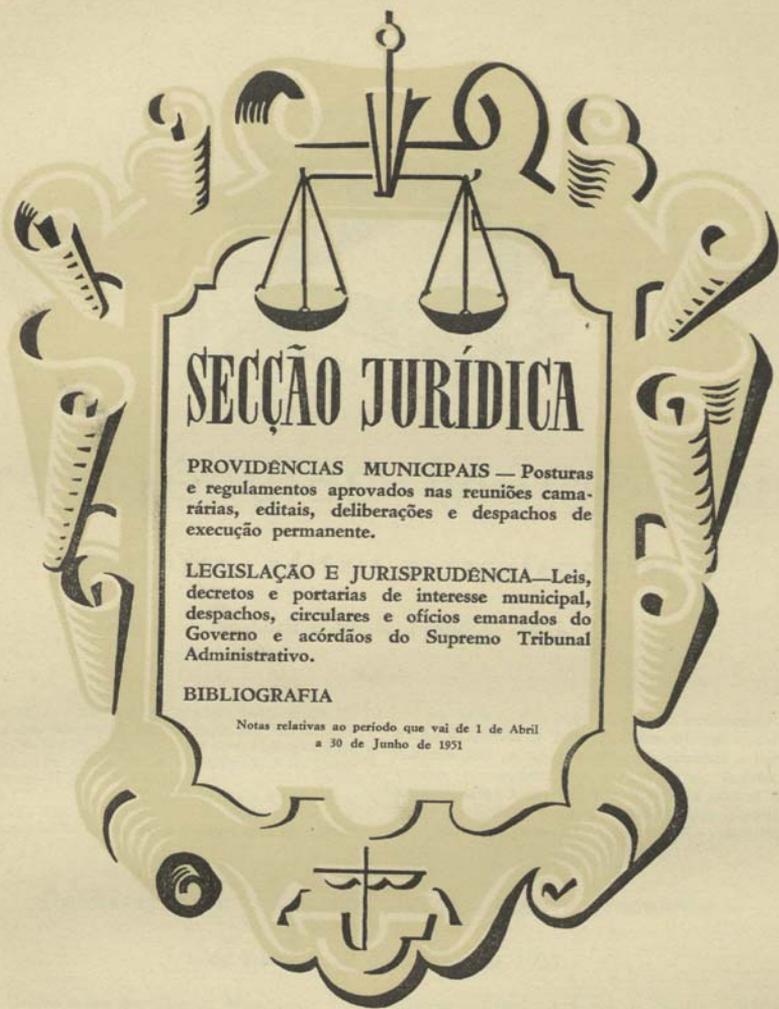
O enfiteuse também podia ser locação perpétua (1). Mas Feudo e Enfiteuse são coisas diferentes, embora com pontos de contacto.

Desta trapalhada enervante, apura-se apenas que, nos fins do século XIII ou começos do século XIV, em documento português se dá notícia de que certas casas tinham sido do porcionário da igreja de Santa Cruz, Domingos Fernandes que as obtivera, em feudo ou locação perpétua, do Bispo D. Domingos Jardo.

Que relações havia entre o Bispo e o clérigo, emanadas do Feudo ou locação perpétua que os prendia?

Só o conhecimento preciso dessas relações me permitiria caracterizar o Feudo citado no documento, habilitando-me a dar-lhe ou não o valor de elemento contributivo para o esclarecimento do problema do Feudalismo em Portugal.

(1) O emphyteuse, de princípio, só se applicava a terras, isto é, a prédios rústicos. Mais tarde, esse contrato também abrangia prédios urbanos. É o caso de o documento de 1313 que se está a discutir.



SECÇÃO JURÍDICA

PROVIDENCIAS MUNICIPAIS — Posturas e regulamentos aprovados nas reuniões camarárias, editais, deliberações e despachos de execução permanente.

LEGISLAÇÃO E JURISPRUDENCIA — Leis, decretos e portarias de interesse municipal, despachos, circulares e ofícios emanados do Governo e acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo.

BIBLIOGRAFIA

Notas relativas ao período que vai de 1 de Abril
a 30 de Junho de 1951



Providências Municipais

Posturas, editais e regulamentos

1 de Abril a 30 de Junho de 1951

Editais

De 26/4 — Faz público que por portaria do Ministério das Comunicações, de 14/4 (D. G., n.º 94, II Série, de 25/4), foi aprovada a nova redacção dada ao § único do artigo 23.º e ao artigo 31.º do Regulamento de Trânsito em vigor.

De 27/4 — Faz público que as Ruas A e B, junto à Avenida Afonso III, passam a denominar-se, respectivamente, Rua Domingos Jardo e Rua Paio Peres Correia.

De 19/6 — Faz público que os arruamentos do Bairro da Quinta do Jacinto passam a ter as seguintes denominações: a rua principal que circunda o bairro a norte e nascente, Rua da Quinta do Jacinto; o pequeno largo à entrada e à direita da mesma rua, Largo do Jacinto; e que as restantes ruas passam a ser designadas pelos n.ºs 1, 3, 5 e 7 — nascente e poente — e 2, 4, 8 e 10 — norte-sul.

Deliberações e despachos de execução permanente

1 de Abril a 30 de Junho de 1951

Deliberações da Câmara Municipal de Lisboa

De 12/4 — Aprovando a conta de gerência do ano de 1950.

* Aprovando a alteração de alguns preceitos da Organização dos Serviços Municipais (Designação dos

Quadros — Fusão dos grupos do Pessoal de carteira (IX e LVI) num só grupo (IX) — Constituição do grupo XXXVII — Nova redacção dos artigos 9.º, 10.º, 12.º, 13.º, 14.º, 17.º e 19.º).

* Aprovando a nova redacção do Regulamento de Concursos do Pessoal da Câmara, aprovado em reunião de 19/9/942.

Despachos do Presidente da Câmara
Municipal de Lisboa

Diário Municipal n.º 4.786, de 14/4 — Aprova as condições para a ocupação e exploração de pavilhões de venda nos miradouros da Ponte e da Cruz das Oliveiras, no Parque Florestal de Monsanto.

D. M. n.º 4.787, de 16/4 — Aprova as condições especiais de alienação de 6 lotes de terreno municipal na Avenida de Roma entre a linha férrea e a Avenida dos Estados Unidos da América.

D. M. n.º 4.805, de 9/5 — Proíbe a circulação dos veículos a que se refere o artigo 26.º do Regulamento de Trânsito, nas Avenidas Almirante Reis e 24 de Julho e na zona central da Cidade que delimita.

D. M. n.º 4.807, de 11/5 — Determina em execução do disposto nos n.ºs 2.º e 3.º das alterações à Organização dos Serviços, aprovadas por portaria do Ministro do Interior de 28/4 — D. G. II Série, de 7/5 — que deixem de existir as designações «Administrativo» e «Contabilista» do pessoal de carteira dos antigos grupos IX e LVI; que deixe de existir a categoria «quadros do serviço moderado» (os que não forem aposentados ingressam em «quadros de 2.ª classe»); e que os escrivão de 1.ª classe passem a ser designados por «aspirantes».

D. M. n.º 4.811, de 16/5 — Aprova as condições especiais de alienação de um lote de terreno na Rua Filipe Magalhães, destinado à construção de um edifício escolar; de três lotes nas Ruas Sampaio Bruno, Pereira e Sousa e Carlos da Maia, para pré-

dios de tipo médio; de 2 lotes na Avenida dos Estados Unidos da América, destinados a prédios de renda limitada, e de 6 lotes na Avenida de Roma e Rua Silva e Albuquerque, para prédios de tipo médio.

D. M. n.º 4.817, de 23/5 — Aprova os programas dos concursos para chefes das Secções de Expediente e de Contabilidade da D. S. F. e de Contabilidade das restantes Direcções de Serviços; para 1.º e 2.º oficiais; para 3.º-oficial, aspirante e escrivão de 2.ª classe; para escrivão-dactilógrafo; para pagadores de 1.ª e 2.ª classe, e para aferidores.

D. M. n.º 4.818, de 24/5 — Aprova os programas dos concursos para condutor electrotécnico de 1.ª e 2.ª classe; para registador-metedor; para topógrafo de 1.ª, 2.ª e 3.ª classe; para fiscal informador de 1.ª e 2.ª classe; para desenhador de 1.ª, 2.ª e 3.ª classe, e para engenheiro civil de 1.ª e 2.ª classe.

D. M. n.º 4.820, de 26/5 — Estabelece as normas a seguir para a execução do «Regulamento para o serviço de receptáculos postais» anexo ao Decreto-Lei n.º 37.927, de 1/8/950.

D. M. n.º 4.839, de 19/6 — Aprova as condições especiais de alienação de um lote de terreno municipal para fins industriais, situado na zona industrial (Avenida Infante D. Henrique).

* Aprova o «Regulamento do Prémio Júlio César Machado».

D. M. n.º 4.847, de 28/6 — Aprova as condições especiais de alienação de 3 lotes de terreno municipal na Rua 46, Célula 7, do Sítio de Alvalade, destinados à construção de casas de renda limitada.





Legislação e Jurisprudência

I

Leis, decretos e portarias de interesse municipal

1 de Abril a 30 de Junho de 1951

Do Ministério das Obras Públicas — *Portaria de 8/3* — Concede à Câmara Municipal de Lisboa uma comparticipação pelo Fundo de Desemprego para as obras de construção do balneário de Alcântara. (*D. G. n.º 76, II Série, de 3/4*).

De 5/4 — *Decreto-Lei n.º 88.216* — Dá nova redacção ao § único do artigo 12.º e ao artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 88.128, de 30/12/1950, que designa as receitas que constituem o Fundo do Socorro Social durante o ano de 1951. (*D. G. n.º 66, I Série*).

De 24/4 — *Portaria n.º 13.514* — Autoriza a transferência para a Comissão Venatória Regional do Centro das quantias depositadas nos termos do Decreto n.º 30.335 e de todas as que se destinam ao Fundo especial das Comissões Venatórias de vários concelhos. (*D. G. n.º 80, I Série*).

Do Ministério do Interior — *Portaria de 28/4* — Aprova as deliberações da Câmara Municipal de Lisboa relativas ao novo Regulamento de Concursos do Pessoal e as alterações da Organização interna dos Serviços. (*D. G. n.º 103, II Série, de 7/5*). (*D. M. n.º 4.807, de 11/5*).

De 12/5 — *Decreto-Lei n.º 88.251* — Esclarece dúvidas acerca da interpretação do disposto nas alíneas a) e b) do § 1.º do artigo 4.º do Código de Contribuição Predial — Regula a liquidação do imposto devido na transmissão onerosa de terrenos destinados a construção de prédios urbanos. (*D. G. n.º 93, I Série*).

De 25/5 — *Lei n.º 2.047* — Promulga a forma de liquidação da sisa devida pelas transmissões da propriedade imobiliária feitas por partilha judicial — Dá nova redacção ao artigo 1.421.º do Código de Processo Civil. (*D. G. n.º 104, I Série*).

De 6/6 — *Portaria n.º 13.559* — Autoriza a transferência para a Comissão Venatória Regional do Norte das quantias depositadas nos termos do Decreto n.º 30.335 e de todas as que se destinam ao Fundo especial das Comissões Venatórias do vários concelhos. (*D. G. n.º 113, I Série*).

De 7/6 — *Decreto-Lei n.º 38.287* — Alarga os benefícios estabelecidos no Decreto-Lei n.º 31.561, de 10/10/1941, que insere disposições relativas à isenção da Contribuição Predial dos prédios urbanos. (*D. G. n.º 114, I Série*).

De 11/6 — Lei n.º 2.048 — Introduz alterações na Constituição Política da República Portuguesa. (D. G. n.º 117, Suplemento, I Série).

Do Ministério das Obras Públicas — Portaria de 31/5 — Concede à Câmara Municipal de Lisboa uma comparticipação pelo Fundo de Desemprego para execução dos trabalhos de arranjo e rectificação da Alameda de Santo António dos Capuchos. (D. G. n.º 140, II Série, de 20/6).

De 21/6 — Decreto-Lei n.º 38.311 — Fixa o dia 22 de Julho do ano corrente para a eleição do Presidente da República e estabelece preceitos para a realização do citado acto.

* Decreto-Lei n.º 38.312 — Regula a apresentação de candidaturas à Presidência da República. (D. G. n.º 126, I Série).

De 22/6 — Decreto-Lei n.º 38.313 — Dá nova redacção ao artigo 785.º do Código Administrativo. (D. G. n.º 127, I Série).

De 26/6 — Decreto-Lei n.º 38.318 — Regula a título experimental e durante cinco anos a conservação dos edifícios escolares construídos ao abrigo do plano dos Centenários. (D. G. n.º 130, I Série).

II

Despachos, circulares e ofícios emanados do Governo

1 de Abril a 30 de Junho de 1951

2) — Circulares

a) Direcção-Geral de Administração Política e Civil

De 6/4 — N.º L-4/11, L.º 5-A, 2.ª Rep. — Têm surgido dúvidas sobre se no livro de correspondência recebida, cuja existência nas secretárias das câmaras municipais é obrigatória, nos termos do n.º 9.º do artigo 137.º do Código Administrativo, devem registar-se todos os documentos entrados nas referidas secretarias.

No parecer desta Direcção-Geral, porque se trata de um livro de registo de correspondência, e não de entrada, os documentos que não possam classificar-se de «correspondência» não são de registar no aludido livro, reputando-se, todavia, conveniente que em outro livro, ou, se preferir, consoante a espécie de assuntos, em outros livros, se proceda ao referido registo.

Não se considera extensivo ao caso o disposto no artigo 254.º do Decreto n.º 32.341, de 30 de Outubro de 1942, respeitante a serviços do Estado, por falta de disposição legal que o determine, à semelhança do que se verifica, por exemplo, nos artigos 690.º e 695.º do Código Administrativo.

Com este entendimento se dignou concordar o Ministro do Interior, por despacho de 28 de Março findo.

De 7/4 — N.º L-4/11, L.º 5-A, 2.ª Rep. — Comunica que, tendo-se suscitado dúvidas nas secretarias das câmaras municipais sobre se, relativamente a autos de transgressão de natureza policial, devem ser organizados processos nas mesmas secretarias, o Ministro do Interior por despacho de 28 de Março findo, dignou-se concordar com o seguinte parecer emitido por esta Direcção-Geral:

A autuação, implicando despacho do chefe da secretaria da câmara, designação de escrivão e termos a lavrar por este, traduz-se em organização processual relativa a processos de carácter policial. Porque a competência para a prática destes actos não está cometida aos serviços da Secretaria da Câmara, não deve proceder-se a tais formalidades.

* N.º Z-1/14, L.º 5-A, 2.ª Rep. — Em aditamento à circular desta Direcção-Geral — 2.ª Repartição — n.º Z-1/25, L.º 3-A, de 8 de Abril de 1949, comunica que, por despacho do Subsecretário de Estado do Orçamento, de 31 de Março findo, foi sancionada a seguinte doutrina:

«As expropriações por utilidade pública promovidas pelos corpos administrativos, aproveitam da isenção que especialmente lhes consigna o artigo 135.º da Tabela Geral do Imposto do Selo, e, por uma forma genérica, a «Isenção XXVIII» da mesma Tabela, quando não deixem de ser observadas as formalidades processuais que a lei prescreve para as mesmas expropriações mesmo que entre expropriante e expropriado se verifique acordo quanto ao valor da indemnização.

Mas, a isenção deixa de ter lugar quando o corpo administrativo, embora lhe assista a faculdade de expropriação, usa de meios de direito privado, adquirindo a propriedade por via contratual».

De 18/4 — N.º N-1/5, L.º 7-A, 2.ª Rep. — 1. Assente, como está, que o período de validade da vacina anti-rábica é de um ano (Decreto n.º 11.242, de 29 de Outubro de 1925, publicado no *Diário do Governo* de 16 de Novembro do mesmo ano) tem de entender-se que, terminado esse período, cessou a eficácia da vacina considerando-se o animal como não vacinado.

Se no conceito foi estabelecida a obrigatoriedade da vacinação, antes que se esgote o prazo da validade desta deve o dono ou possuidor do animal apresentá-lo a nova vacinação, de harmonia com o disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 29.441, de 11 de Fevereiro de 1930.

64 2. A circunstância de haver sido concedida licença de posse e circulação do canídeo, no período de validade de vacinação a que foi submetido, não dispensa a renovação desta durante aquele período, antes de decorrido o prazo de um ano sobre a data da vacinação, pois o artigo 3.º do referido Decreto-Lei n.º 29.441, condicionando a concessão de licença à apresentação do boletim de vacinação, não constitui, no entanto, meio suficiente de fiscalizar o cumprimento da obrigação de vacinar os caninos dentro dos períodos estabelecidos.

Na verdade, podendo não haver coincidência entre os períodos de validade da licença e o da vacinação, torna-se indispensável exercer, por outros meios, a indispensável acção fiscalizadora em prol da profilaxia da raiva, designadamente a exigência da revacinação logo que termine ou esteja a extinguir o prazo de validade da inoculação da vacina anteriormente efectuada, sem embargo de se considerar subsistente a licença anteriormente concedida.

8. Praticamente a fiscalização aludida pode fazer-se em face dos talões dos boletins que se encontram na posse dos veterinários municipais (n.º 6.º, alínea *a*) das instruções expedidas, em 15 de Agosto de 1939, pela Direcção-Geral dos Serviços Pecuários), os quais, mensalmente, até ao dia 15, informariam a Secretaria da Câmara dos nomes dos possuidores dos animais cujo período de vacinação terminasse no mês seguinte, indicando o dia em que se prefizesse um ano sobre a data da inoculação da vacina.

A Secretaria da Câmara avisaria o dono ou possuidor do animal da data em que se verificaria a caducidade da validade da vacina e da obrigatoriedade da sua renovação. Se esta não se efectuasse, proceder-se-ia, então, ao levantamento de auto de transgressão, para aplicação da pena referida no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 29.441.

III

Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo

Publicados de 1 de Abril a 30 de Junho de 1951

De 25/11/949 — Nos países civilizados e de acentuada cultura humanista nota-se a tendência para proteger tudo o que pela sua riqueza artística e arquitectónica ou até pela simples beleza natural possa contribuir para o enriquecimento ou valorização do património nacional.

A lei francesa de 2 de Maio de 1930, por exemplo, prevê e regula o inventário e classificação dos monumentos naturais e dos lugares ou paisagens cuja conservação ou preservação apresente, sob o ponto de vista artístico, histórico, científico, legendário ou pitoresco, um interesse geral; proíbe os seus proprietários de destruir ou modificar o estado dos lugares ou o seu aspecto (artigo 12.º) e não consente que sobre eles se adquira qualquer direito susceptível de modificar o seu carácter ou transformar os aspectos dos lugares nem tão-pouco qualquer servidão (artigo 13.º).

Esta tendência e as ideias que a inspiram não são desconhecidas do nosso legislador, como se vê nomeadamente do relatório que procede o referido Decreto-Lei n.º 21.875, onde se diz que «o valor e a beleza arquitectónica de um grande edifício ou de um monumento artístico não provém somente da harmonia das suas proporções, de elegância das suas linhas, do arrojado da sua concepção, da riqueza ou bom gosto dos seus materiais; resultam ainda, e por vezes muitíssimo, do ambiente em que o edifício vive, da moldura em que o enquadra o conjunto de edificações que o cercam».

E é certamente tendo em vista este pensamento que uma outra lei francesa — de 25 de Fevereiro de 1943 — faz compreender entre os imóveis susceptíveis de ser classificados como monumentos históricos — além dos monumentos megalíticos e terrenos com jazigos pré-históricos e dos imóveis cuja classificação é necessária para isolar, libertar, sanear ou valorizar um imóvel classificado ou proposto para a classificação — todos os terrenos ou edifícios situados no campo de visibilidade de um imóvel classificado ou proposto para a classificação, tendo-se como situado nesse campo de visibilidade qualquer outro terreno ou edifício visível do primeiro ou visível conjuntamente com ele num perímetro não excedente a 500 metros.

Dentro desta orientação e do espírito que presidiu à elaboração do Decreto n.º 21.875, não pode dar-se uma interpretação rígida ou excessivamente acanhada à expressão «edifícios de reconhecido valor arquitectónico» que se lê no artigo 1.º desse diploma, devendo considerar-se como tais todos aqueles que, como o Sanatório D. Manuel II, representam um padrão de cultura ou marcam um esforço de civilização. (*D. G. n.º 79, II Série, de 6/4*).

De 14/4/950 — O regime jurídico da interposição do recurso contencioso de actos de indeferimento tácito é incompatível com a exigência legal de certas formalidades para que um determinado acto administrativo tenha validade ou entre em vigor.

É evidente que neste caso o acto só se torna susceptível de impugnação contenciosa depois de revestir a forma de que depende a sua validade.

Provindo a competência da lei, devem as respectivas regras da sua repartição ser observadas na realização do acto administrativo, sob pena de este ser anulado por ilegalidade.

Como ensinam os tratadistas, a repartição de competência é estabelecida não só no interesse da Administração, para facilitar o exercício das suas funções, mas também no interesse dos administrados, podendo, por isso, dizer-se que existe para estes o direito subjectivo às competências estabelecidas (Roger Bonnard, *Précis de Droit Administratif*, p. 103). (*D. G. n.º 75, II Série, de 2/4*).

De 20/10/950 — Em relação aos actos definitivos e executórios praticados pelos órgãos da Administração Central não há nenhuma disposição semelhante à do artigo 822.º do Código Administrativo, que permite a qualquer eleitor ou contribuinte das contribuições directas do Estado recorrer das deliberações que tenha por ilegais tomadas pelos corpos administrativos e entidades referidas nos n.ºs 2.º, 3.º e 4.º do artigo 820.º do mesmo código.

Tais actos só podem ser contenciosamente impugnados por quem tenha interesse directo, pessoal e legítimo na sua anulação, isto é, um interesse que seja actual, e não eventual ou diferido, individual, e não genérico ou impessoal, e emergente de uma situação jurídica em que o respectivo titular esteja investido perante a Administração. (*D. G. n. 94, II Série, de 25/4*).

De 27/10/950 — A deliberação recorrida, último acto do concurso documental a que o recorrente foi admitido, é manifestamente definitiva e executória, visto haver privado efectivamente o recorrente, que era o único candidato, do direito que o mesmo concurso lhe asseguraria.

Porém o contencioso administrativo é, em regra, de simples anulação sendo-lhe por isso vedado nomear o recorrente para o aludido cargo ou mandar-lhe pagar os vencimentos que a título de indemnização reclama e a respeito dos quais nada deliberou a Câmara recorrida.

E certo que, quanto a esta última parte, se invoca o disposto no § 3.º do artigo 885.º do Código Administrativo, o qual permite a cumulação do pedido de anulação de um acto administrativo com o de indemnização de perdas e danos.

Mas este parágrafo não deve ser entendido isoladamente, mas de harmonia com o artigo 851.º e seu § único do citado código; e da combinação destes preceitos legais resulta a exclusiva applicabilidade do primeiro à hipótese de, no recurso de anulação, se impugnarem decisões ou deliberações sobre validade ou execução dos contratos administrativos. Neste sentido se pronunciou esta secção nos seus Acórdãos de 2 de Março e 15 de Junho de 1945, publicados na *Colecção Oficial*, volume XI, respectivamente a pp. 153 e 419.

A dúvida subsiste portanto apenas quanto à legalidade da deliberação que não nomeou o recorrente para o cargo a que concorrera.

Este pertence a um serviço especial, e assim o competente provimento achava-se obrigatoriamente sujeito a concurso, conforme expressamente determina o artigo 620.º do Código Administrativo.

A entidade detentora do poder de nomeação cumpre normalmente proceder a esta dentro da ordem estabelecida pelo concurso e não lhe é lícito efectua-la em não concorrentes. É no entanto livre para deixar de a fazer, visto a lei a não vincular a diversa attitude. (*D. G. n.º 83, II Série, de 11/4*).

De 3/11/950 — Sustenta a ilegalidade da deliberação, porque, tendo-se o presidente abtido de votar, tem de haver-se como não tendo assistido à reunião, atento o disposto no § 3.º do artigo 350.º do Código Administrativo, donde resulta que não estava presente a maioria do número legal dos membros da Câmara, e assim não podia a Câmara deliberar.

Improcede o alegado pela recorrida. A abstenção de votar só é de considerar para o efeito da deliberação quando possa influir no resultado desta. É o que se depreende claramente do especialmente disposto no § 1.º do citado artigo 350.º.

O § 3.º deste artigo tem de ser interpretado de harmonia com o artigo 342.º e § 2.º, que o completam e dão a sua razão de ser.

A abstenção do presidente de votar não podia influir no resultado da deliberação de 21 de Julho de 1949, como resulta do que vem provado nos autos.

Além disso, esta deliberação é uma decisão disciplinar, e as decisões disciplinares são constitutivas de direito (Acórdão deste Supremo Tribunal de 10 de Novembro de 1939). As deliberações dos corpos administrativos, quando constitutivas de direitos, só podem ser por eles revogadas se forem ilegais (artigo 357.º referido no artigo 88.º, n.º 2.º do Código Administrativo). (*D. G. n.º 104, II Série, de 8/5*).

De 9/11/950 — (Tribunal Pleno) — No processo de expropriação a que aludem os autos foi fixado pela respectiva comissão de arbitragem e alterado em recurso pelo 2.º tribunal da comarca de Coimbra o preço da indemnização a pagar à exproprianda ora recorrida.

E a referida fixação importa a transmissão da propriedade do prédio expropriado para a entidade adquirente, nos precisos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 28.797, de 11 de Julho de 1938, aplicável por força do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 31.576, de 15 de Outubro de 1941.

Verificou-se e consumou-se assim uma transferência de domínio por adjudicação, que um acto unilateral da exproprianda adquirente, voluntário ou imposto, é manifestamente insusceptível de invalidar.

A aplicabilidade do citado artigo 3.º, em face do qual a recorrida ficou privada do direito de propriedade sobre o questionado prédio, que definitivamente se subjectivou na exproprianda, não depende da sequência do processo, visto o seu contexto não estabelecer nem admitir a pretendida restrição.

Esse entendimento conduziria a atribuir-se à propriedade adquirida natureza marcadamente resolúvel, e a revogabilidade tem necessariamente de constar do título constitutivo, consoante exige a segunda parte do artigo 2.171.º do Código Civil.

Não é igualmente de encerrar a possível alteração ou revogação, do mencionado artigo 3.º pela Lei n.º 2.030, de 22 de Junho de 1948, cuja parte relativa a expropriações não se achava ao tempo ainda em vigor conforme se mostra do seu artigo 20.º que mandou aguardar para o efeito a publicação do respectivo regulamento, a qual só veio a efectuar-se pelo Decreto n.º 37.758, de 22 de Fevereiro do ano corrente. (*D. G. n.º 103, II Série, de 7/5*).

De 10/11/950 — Nos termos do disposto no artigo 835.º, § 2.º do Código Administrativo há necessidade de chamar ao recurso, para que fique assegurada a legitimidade das partes, a autoridade ou órgão que praticar o acto recorrido, e a pessoa ou pessoas a quem a procedência do recurso possa directamente prejudicar.

O ora agravante, José António Maria dos Santos, cumpriu este preceito, requerendo a citação para os termos do recurso, da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha (autora do acto recorrido) e do nomeado para o lugar a prover (o ora agravante).

É óbvio que só este pode ser directamente prejudicado com a procedência do recurso, se vier a verificar-se.

Os demais candidatos, porque se conformaram com a deliberação que decidiu o concurso, não têm qualquer interesse jurídico na decisão que vier a ser tomada no recurso interposto daquela deliberação.

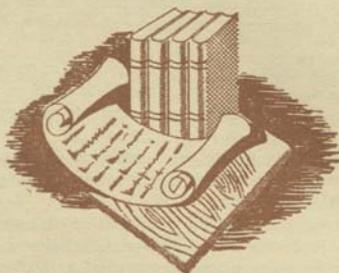
Como já se ponderou no Acórdão deste Supremo Tribunal de 27 de Julho de 1947 (*Colecção* vol. XIII, p. 524) tais candidatos teriam legitimidade para o recurso na posição do recorrente, e não de recorridos, porque contra eles também foi proferida a deliberação impugnada.

De 13/4 — O Acórdão de 12 de Janeiro de 1940 julgou no sentido de que, quando se ataca uma lista de classificação ou graduação de candidatos e se pede a sua anulação, devem ser chamados ao recurso todos os candidatos, sob pena de ilegitimidade (*Colecção Oficial*, vol. VI, p. 20). No caso dos autos, trata-se de um concurso de promoção válido por dois anos, a contar da data da publicação da lista de classificação no *Diário do Governo* (artigo 3.º do regulamento aprovado pelo Decreto n.º 37.034, de 30 de Agosto de 1948).

Os recorrentes chamaram ao recurso apenas os três primeiros classificados, que irão preencher as vagas que existiam à data da abertura do concurso.

Mas não sofre dúvida que a anulação, como se pede, da lista de classificação publicada no *Diário do Governo* n.º 154, II Série, de 5 de Julho de 1950, pode directamente prejudicar os demais concorrentes, que perderiam o direito a preencher as vagas que ocorram durante o tempo da validade do concurso.

E tem sido jurisprudência constante deste Supremo Tribunal, princípio este hoje expressamente consignado no § 2.º do artigo 835.º do Código Administrativo, que as pessoas a quem a procedência do recurso possam directamente prejudicar são nele interessadas, e por isso devem os concorrentes requerer a respectiva citação na petição inicial, o que não se fez. (*D. G. n.º 136, II Série, de 15/6*).



BIBLIOGRAFIA

Registo de publicações com interesse municipal entradas na Biblioteca Central

1 de Abril a 30 de Junho de 1951

Em Abril:

Código Administrativo, anotado por *C. Simões Alegre*.

Boletim da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos — N.º 61 — Maio de 1951.

Câmara Municipal de Évora — Relatório da gerência de 1950.

Câmara Municipal do Funchal — Orçamento ordinário para 1951.

Administração Municipal. 1942-1950 — Coimbra, 1951.

Câmara Municipal de Aveiro — Relatório da gerência de 1950.

A experiência de Alvalade, por *Luis Guimarães Lobato* — Separata da *Técnica* — I. S. T. — 1951.

Olisipo — Ano XIV — N.º 54 — Abril — 1951.

Boletim da Câmara Municipal do Porto — N.ºs 777 a 781 — Março de 1951.

Diário Municipal — N.ºs 4.749 a 4.774 — Câmara Municipal de Lisboa.

II Congrès des Capitales — Rues e Artères de Lisbonne — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.

II Congress of the Capitals — Maintenance and Repair of Lisbon — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.

II Congress of the Capitals — Public Food Supplies — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.

II Congrès des Capitales — Ravitaillement Public — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.

II Congresso das Capitais — Das receitas municipais no Sistema Financeiro Português — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.

II Congreso de las Capitales — Los ingresos Municipales en el Sistema Financiero Portugues — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.

II Congrès des Capitales — Les Recettes Municipales dans le Système Financier Portugais — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.

II Congress of the Capitals — Some Aspects of the Budget Within the Plan of Municipal Administration — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.

II Congress of the Capitals — Transportation in Lisbon — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.

II Congreso de las Capitales — El Matadero Municipal de Lisboa — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.

Em Maio:

A Junta de Província do Douro Litoral em 1950.
Metropolitano de Lisboa — Exercício de 1950 — Relatório e contas.
Actividade Municipal, por *Oscar Baltasar Gonçalves* — Funchal, 1951.
Boletim da Comissão Municipal de Turismo — Figueira da Foz — N.ºs 21 e 22 — Maio e Dezembro de 1949.
Verbetes — Índice de legislação dos corpos administrativos, editados por *Alfredo Viana de Sousa*.
Annário da Direcção-Geral de Administração Política e Civil — 38.º ano, 1945 — Imprensa Nacional de Lisboa.
Câmara Municipal de Mafra — Serviços Municipalizados de Água e Electricidade — Relatório de 1950.
Diário Municipal — N.ºs 4.776 a 4.798 — Câmara Municipal de Lisboa.
Boletim da Câmara Municipal do Porto — N.ºs 782 785 — Abril de 1951.
Câmara Municipal do Porto — Postura de trânsito.
Fontes para a História do Porto — Publicação da Câmara Municipal do Porto.
Junta de Freguesia de Belas — Relatório — 1946-1950.
Câmara Municipal de Lisboa — Catálogo das Publicações Municipais.
Câmara Municipal de Lisboa — Regulamento do Trânsito — Alterações.
A evolução de uma cidade, por *A. Celestino da Costa* — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.
Arquivo Municipal de Guimarães — Boletim de Trabalhos Históricos — Vol. XIII — N.ºs 1-2.
Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão — Quinto ano de gerência — 1949.

Em Junho:

Compilação de Acórdãos do contencioso das contribuições e impostos, por *Guilherme A. Coelho* — 44.º vol.
Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova — Relatório da gerência de 1948-1950.
Câmara Municipal de Vila do Conde — Serviços Municipalizados de Água e Luz — Relatório de 1950.
Cadernos de Direito Administrativo, por *J. P. da Almeida*.
Câmara Municipal do Porto — Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade — Relatório e contas de 1950.
Câmara Municipal de Évora — Reforço do caudal do Aqueducto — 1950.
Boletim da Câmara Municipal do Porto — N.ºs 786 a 789 — Índices dos volumes XXXVII e XXXIX.
Câmara Municipal do Porto — Regulamento dos talhos.
Câmara Municipal do Porto — Relatório de 1949 e planos de actividade para 1951.
Câmara Municipal do Porto — Serviço de transportes colectivos — Relatório e contas de 1950.
Câmara Municipal do Porto — Boletim Cultural — Vol. XIII — Fasc. 3 e 4 — Setembro a Dezembro de 1950.
Câmara Municipal da Mealhada — Relatório de contas de 1950.
Câmara Municipal do Barreiro — Relatório de gerência de 1950.
Diário Municipal — N.ºs 4.799 a 4.823 — Câmara Municipal de Lisboa.
Manual de Direito Administrativo, por *Marcelo Caetano* — 3.ª edição.

Revistas:

Revista da Relação do Porto:

Ano I — N.ºs 5 e 6 — Fevereiro e Março de 1951.

Revista de Legislação e Jurisprudência:

Ano 83.º — N.ºs 2.947 e 2.949 — Março e Abril de 1951.

Boletim Oficial do Ministério da Justiça:

N.º 22 — 2.ª Série.

Revista da Ordem dos Advogados:

N.ºs 3 e 4.



